

Correio*

NOTA PREMIADA

100 MIL

reais foi o valor ganho por uma moradora de Santa Cruz, em Salvador, no prêmio principal do sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades. A cada mês, são destinados R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo governo do estado

Veículo: Site Acorda Cidade	Online
Data: 22/09/2020	Caderno: Notícias



Publicado em 22/09/2020 15h11.

Feira de Santana tem sete ganhadores em sorteio da Nota Premiada Bahia

Na Bahia foram 91 sorteados com um total de R\$ 1 milhão em prêmios, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil.

Mudar o tamanho da letra: **A+** **A-**



Acorda Cidade

Sete moradores de Feira de Santana foram contemplados com R\$ 10 mil cada no sorteio de setembro da campanha Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda (21). O prêmio principal de R\$ 100 mil ficou para uma moradora de Salvador, do bairro de Santa Cruz. A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas

redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Site Bahia na Política	Online
Data: 23/09/2020	Caderno: Notícias



Bahia

Feira de Santana tem sete ganhadores em sorteio da Nota Premiada Bahia



Sete moradores de Feira de Santana foram contemplados com R\$ 10 mil cada no sorteio de setembro da campanha Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda (21). O prêmio principal de R\$ 100 mil ficou para uma moradora de Salvador, do bairro de Santa Cruz. A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades. **(Foto ilustração)**

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou online, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados

foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Veículo: Blog Agravo	Online
Data: 22/09/2020	Caderno: Notícias



Morador de Ilhéus ganha sorteio da Nota Premiada Bahia

Por [Blog Agravo](#) / 22 de setembro de 2020 às 11:54

Um morador de Ilhéus foi contemplado com R\$ 10 mil no sorteio de setembro da campanha Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda (21). O prêmio principal de R\$ 100 mil ficou para uma moradora de Salvador, do bairro de Santa Cruz. A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Site Camaçari Notíciass	Online
Data: 22/09/2020	Caderno: Notícias

CAMAÇARI NOTÍCIAS

Morador de Camaçari ganha R\$ 10 mil em sorteio da Nota Premiada Bahia

Um morador de Camaçari foi contemplado com R\$ 10 mil no sorteio de setembro da campanha Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda (21). O prêmio principal de R\$ 100 mil ficou para uma moradora de Salvador, do bairro de Santa Cruz. A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Site Preto no Branco	Online
Data: 22/09/2020	Caderno: Notícias



Moradores de Juazeiro estão entre os ganhadores do sorteio da Nota Premiada da Bahia

- Publicado em 22 de setembro às 14:30



(Foto ilustrativa- arquivo)

O município de baiano de Juazeiro está entre as 18 cidades com moradores contemplados com o sorteio de setembro da Nota Premiada da Bahia. A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado.

De acordo com a Secretaria da Fazenda, em Juazeiro, duas pessoas ganharam prêmios de R\$ 10 mil, cada. O prêmio principal de R\$ 100 mil saiu para uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador.

Além de Juazeiro, outras cidades baiana tiveram ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas, como Salvador, com 63 ganhadores, Feira de Santana, com 7, Ipiaú, com 3, e Lauro de Freitas, com 2. Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas.

A grande novidade é neste sorteio, pela primeira vez, uma moradora que não reside na Bahia foi sorteada. Segundo a Sefaz, a ganhadora mora em Brasília, mas está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha.

A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A SEFAZ informou ainda que a Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. “Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado”, acrescentou.

O órgão explicou que além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. “A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades”, ressaltou.

Após os sorteios, os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. A SEFAZ esclareceu também que os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

“Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.”, finalizou o órgão.

Da Redação

Veículo: Site Resumo Geral Bahia	Online
Data: 22/09/2020	Caderno: Notícias



Nota Premiada tem ganhadores de Itabuna e Ilhéus



Uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador, foi a contemplada com o prêmio principal de R\$ 100 mil no sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda-feira (21). A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades. A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2). Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/09/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 23 de Setembro de 2020 - 00:00

TCE aponta ilegalidade em concessão do aeroporto de Porto Seguro e pede nova licitação

por Bruno Luiz / Matheus Caldas

Com base em análises feitas por auditores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), o Ministério Público de Contas do Estado da Bahia (MPC), órgão ligado à Corte, apresentou parecer pedindo a ilegalidade do contrato de concessão do aeroporto de Porto Seguro, na Costa do Descobrimento, por supostas irregularidades. Além do entendimento de que o contrato é ilegal, o MPC sugeriu que a Agerba se abstenha de prorrogar novamente o período da concessão, e que sejam feitos estudos para realização de outra licitação com objetivo de escolher novo concessionário do serviço.

As conclusões do MPC serão analisadas em sessão na manhã desta quarta-feira (23) pela 2ª Câmara do TCE. Caberá aos conselheiros que integram o colegiado decidir se acatam, ou não, o parecer.

Assinado em 2000, ainda no governo César Borges, o contrato, firmado entre a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) e a Sinart, foi estendido, por meio de outros três termos aditivos, até 2023.

Quando fechado no início da década de 2000, o vínculo deveria durar apenas cinco anos. Contudo, em 2001, veio o primeiro termo aditivo, que ampliou o contrato para nove anos, sob um valor de R\$ 4.426.879,30. No dia 14 de dezembro de 2004, mais uma extensão do contrato de concessão: de nove para 13 anos. Em 2008, nova ampliação: mais 10 anos, alongando o período até 2023

No entendimento da auditoria, as prorrogações foram irregulares. "O primeiro aditivo teve finalidade de reequilibrá-lo econômica e financeiramente, entretanto, os elementos que fundamentaram o desequilíbrio não foram comprovados pela auditoria. Por intermédio do terceiro termo aditivo, o contrato foi prorrogado em prazo superior ao permitido, em desacordo com que consta no edital da licitação e sem a demonstração do efetivo interesse público", diz trecho da auditoria.

Os técnicos entendem que o aumento do prazo do contrato para fevereiro de 2023 foi irregular porque o convênio que delegou a exploração do aeroporto da União para o estado da Bahia expira em 2020 e há "fragilidades nos estudos apresentados para justificar o reequilíbrio do contrato com 10 anos de prorrogação".

Os auditores ainda identificaram que despesas com melhorias no aeroporto, de responsabilidade contratual da Sinart, foram indevidamente repassadas para o estado por meio do segundo termo aditivo. Também teria sido constatada ausência de

reajuste no contrato entre fevereiro de 2005 e janeiro de 2014, o que teria causado prejuízo ao erário. Neste caso, os auditores sugerem que a Sinart restitua o estado em R\$ 8,38 milhões referentes ao não reajustamento no período.

De acordo com o documento obtido pelo Bahia Notícias, confrontada, a Agerba indicou que ajuizou uma ação monitória contra a concessionária, "em razão da falta de vantajosidade econômica e jurídica" da concessão. Nela, o estado pretende recompor os "sucessivos danos que tem sofrido com a manutenção da concessão, para buscar a recuperação de créditos, em face as irregularidades e ilegalidades que promoveram sucessivas prorrogações do Contrato, tendo resultado numa concessão economicamente desequilibrada e desvantajosa, com graves prejuízos ao erário estadual". O processo segue em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA).

Os documentos levantados pelo corpo técnico do TCE revelam, ainda, que uma auditoria no contrato feita em 2017 pela **Auditoria Geral do Estado (AGE)**, órgão interno do próprio governo baiano, apontou o mesmo que o parecer do MPC: o negócio foi selado de forma irregular.

Em relação à Sinart, outra auditoria, realizada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e o Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), classificou a gestão do pátio do aeroporto como inadequada, alegando que a estrutura "estava com utilização restrita em função de desgastes na pavimentação".

O QUE DIZEM OS CITADOS

Em nota, a Agerba afirmou que "ainda não recebeu qualquer notificação ou intimação sobre o assunto citado, não tendo acesso ao conteúdo do processo". "Assim sendo, não temos como conhecer o teor dos pareceres do TCE e MPC. Todavia, todos os Contratos de Concessão realizados pela agência foram realizados com base na legislação. A concessão do Terminal Aeroporto de Porto Seguro termina em 2023. Ao final desse período uma nova licitação será lançada, seguindo as orientações dos órgãos competentes a área de atuação", informou.

Nenhum responsável pela Sinart foi encontrado para se manifestar sobre o assunto. A reportagem ligou para dois números indicados no site da empresa, mas ninguém atendeu. Ainda assim, foram enviados questionamentos a um e-mail elencado na página da concessionária. Estas mensagens não foram respondidas.

Além do aeroporto de Porto Seguro e da rodoviária de Salvador, o novo terminal de ônibus da capital também será administrado pela empresa.

Veículo: Correio

Data: 23/09/2020

Caderno:

Página:

Correio*

Refinarias: Congresso quer autorizar vendas

PETROBRAS As mesas diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados reforçaram ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o pedido para que os ministros da corte impeçam a negociação de oito refinarias da Petrobras até que o programa de privatizações dessas unidades passe pelo crivo do Congresso. A primeira reclamação dos parlamentares foi apresentada em julho. Nessa segunda (21), as mesas avançaram um pouco mais, com o pedido para que a estatal suspenda a análise das propostas apresentadas para a compra da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, até que o Supremo se posicione sobre o caso.

A estatal do petróleo anunciou ontem um aumento de 4% da gasolina nas refinarias válido a partir de hoje

O aditamento da reclamação apresentado pelo Congresso foi uma resposta imediata à decisão do presidente do STF, ministro Luiz Fux, de postergar o julgamento da venda das refinarias da Petrobras, até então previsto para ser concluído na próxima sexta (25). Três ministros haviam se posicionado pela concessão de uma liminar para suspender as privatizações até que o Congresso se posicionasse sobre elas. Mas, por um pedido de destaque, o ministro Fux tirou a ação do julgamento virtual e ainda não há data definida para que seja retomado.

A preocupação dos parlamentares é que a Petrobras conclua a venda da Rlam e da Repar antes do STF se posicionar. A empresa informou ontem estar em fase avançada de negociação da refinaria paranaense com três possíveis compradores

e, anteriormente, já havia dito que espera concluir até dezembro a venda da unidade da Bahia para o fundo de investimento Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos.

"Ainda que nos preocupe o ritmo apressado com que a diretoria da Petrobras tentado vender ativos, evitando a fiscalização do Congresso, temos confiança de que o presidente Fux retornará em breve o tema à pauta, permitindo que o STF exerça o seu papel de proteção das prerrogativas do Legislativo. A demora acarreta prejuízos e insegurança jurídica, mas é importante que os ministros decidam com confiança numa matéria tão significativa para o equilíbrio dos poderes", afirmou o senador Jean Paul Prates (PT-RN), um dos parlamentares que lidera o movimento de resistência às privatizações.

Petrobras analisa cenário para vender ações da BR Distribuidora

INCERTEZAS Devido às incertezas provocadas pelo novo coronavírus nas principais economias do planeta, a Petrobras resolveu pisar no freio do plano de vender sua participação remanescente na BR Distribuidora por meio de uma oferta de ações.

Depois de vender na Bolsa o controle da maior distri-

buidora de combustíveis do país no ano passado, o que na prática representou a sua privatização, a Petrobras se preparava agora para realizar uma nova oferta pública (chamada follow-up) para se desfazer da fatia de 37,5% das ações da BR que manteve. A operação foi autorizada pelo Conselho de

Administração da companhia em agosto.

Luiz Carvalho, analista do banco UBS, lembra que a própria Petrobras já havia afirmado que não faria a operação se os preços estivessem abaixo do valor da venda do controle no ano passado, que foi de R\$ 24,50 por ação.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU foi marcado por imprecisões e erros na economia. O auxílio emergencial foi menor do que ele afirmou, o investimento estrangeiro caiu no primeiro semestre e as emissões de carbono do Brasil estão acima da participação do país no PIB mundial. Ao falar sobre os valores destinados ao combate à pandemia, Bolsonaro também misturou transferência de recursos com liberação de compulsório e empréstimos concedidos a consumidores e empresas.

O auxílio emergencial não chegou a US\$ 1.000, como disse Bolsonaro. Somando-se todas as parcelas, o valor transferido à baixa renda alcançará R\$ 4.200 até dezembro, algo em torno de US\$ 777. O presidente parece não estar acompanhando a alta da moeda americana, pois utilizou a cotação do câmbio de janeiro deste ano para fazer a conta. Nesse período, o dólar disparou de R\$ 4,20 para R\$ 5,40, até 21 de setembro, dia anterior ao discurso.

No Investimento Estrangeiro Direto (IED), outro erro. Ao contrário do que disse Bolsonaro, ele caiu no primeiro semestre. Segundo o Banco Central, de janeiro a junho do ano passado entraram US\$ 32 bilhões via IED, 27% acima

dos US\$ 25,3 bilhões do mesmo período deste ano. É falsa, portanto, a frase de que "no primeiro semestre de 2020, apesar da pandemia, verificamos um aumento do ingresso de investimentos, em comparação com o mesmo período do ano passado."

Bolsonaro defendeu a política ambiental do governo e disse que o Brasil, apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo, emite apenas 3% dos gases de queima de carbono. A comparação não faz sentido. Segundo dados do FMI, a economia brasileira representa 2,4% do PIB mundial. Por essa lógica, portanto, nossas emissões são maiores do que o tamanho do país na economia global.

BRASIL: QUINTO MAIOR EMISOR

O Brasil, na verdade, é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa. Foi isso que explicou Tasso Azevedo, coordenador do

Erros econômicos de Bolsonaro na ONU

OS DADOS ERRADOS DO PRESIDENTE

	O QUE DISSE BOLSONARO	O DADO CORRETO
Auxílio emergencial total >	US\$ 1.000	US\$ 777
Investimento direto no Brasil em 2020 >	Aumentou no 1º semestre	Caiu 27% no 1º semestre
Emissões de carbono >	3% do mundo para 10ª maior economia mundial	3% do mundo para 2,4% do PIB mundial

Fonte: Banco Central e FMI

MapBiomas, em audiência pública no STF ontem. O país só fica atrás de Estados Unidos, China, Índia e Rússia, que têm dois terços de suas emissões em origem na queima de combustíveis fósseis. Já no Brasil o que mais pesa na emissão são práticas relacionadas ao uso da terra, incluindo aí as queimadas, a pe-

cuária e a agricultura.

BOLSA VALE R\$ 650 BI A MENOS

Segundo levantamento feito pela Economática, apenas 25% das empresas da bolsa brasileira recuperaram ou ultrapassaram seu valor de mercado no período anterior à pandemia. São 78 companhias de

um total de 293 que têm capital aberto. Quem lidera o ranking é a varejista Magazine Luiza, que valia R\$ 91 bilhões em 21 de fevereiro, há sete meses, e hoje é avaliada em R\$ 143 bi. Em segundo lugar aparece a Vale, com aumento de R\$ 50 bilhões em valor de mercado. Na outra ponta, entre as que perderam, o pior resultado é o da Petrobras, que recuou de R\$ 392 bi para R\$ 275 bilhões. A petrolífera tem sofrido com os baixos preços do petróleo e a venda de ativos tem se mostrado mais difícil do que o mercado imaginava. Ao todo, a bolsa ainda vale R\$ 650 bilhões a menos do que antes da pandemia.

APREENSÃO NO PL DO GÁS

Representantes do setor industrial saíram apreensivos de uma reunião com o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Ele é um dos cotados para ser o relator da nova lei do gás e avisou que pretende mexer no texto, o que faria o projeto retornar à Câmara em caso de aprovação no Senado. Entre as medidas que defende estão a universalização dos gasodutos, estendendo a rede por todo o país, e a ampliação de termelétricas a gás, o que garantiria uma demanda fixa ao produto. A indústria foi contra essas ideias quando o projeto foi aprovado na Câmara.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 23/09/2020	Página:

Correio*

ECONOMIA

IR: Receita abre consulta a último lote de restituição

A PARTIR DAS 9H A Receita Federal abre hoje, a partir das 9 horas da manhã, a consulta ao quinto e último lote de restituição do Imposto de Renda 2020. De acordo com o Fisco, o crédito para 3.199.567 contribuintes será realizado em 30 de setembro, totalizando mais de R\$ 4,3 bilhões em pagamentos.

Desse total, R\$ 226,3 milhões referem-se a contribuintes com prioridade legal (sendo 7.761 contribuintes idosos acima de 80 anos; 44.982 contribuintes entre 60 e 79 anos; 4.685 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; e 21.303 contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério).

Foram contemplados ainda 3,1 milhões de contribuintes não prioritários que entregaram a declaração até 16 de setembro de 2020.

Na Bahia, serão creditadas restituições para 159.633 contribuintes, totalizando um valor de R\$ 246.736.275,90. A maior parte é relativa ao exercício 2020: 156.068 contribuintes, num valor total de R\$ 240.656.464,09.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita Federal na Internet (<http://idg.receita.fazenda.gov.br>). Na consulta à página da Receita, no Portal e-CAC, é possível acessar o serviço Meu Imposto de Renda e ver se há

3.199.5
de contribuintes
serão contemplados
no quinto lote de
restituição do Imposto
de Renda 2020

4,3 BI
serão pagos neste
lotes. Os créditos
serão feitos em
30 de setembro

159.633
baianos foram
incluídos nesse lote

inconsistências de dados identificadas pelo processamento.

Nesta hipótese, o contribuinte pode avaliar as inconsistências e a necessidade de fazer a autorregulamentação, mediante entrega de declaração retificadora.

A Receita Federal também disponibiliza aos contribuintes aplicativo para tablets e smartphones que facilita consulta às declarações do IRPF, lotes de restituições e a situação cadastral no CPF. A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá requerê-la por meio da Internet, mediante o Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no Portal e-CAC, no serviço Meu Imposto de Renda.

Caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência do BB ou ligar para a Central de Atendimento por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos) para agendar o crédito em conta-corrente ou poupança, em seu nome, em qualquer

Governo apresenta lista de setores mais prejudicados

PANDEMIA Depois de quase sete meses do início da pandemia, o governo publicou ontem uma portaria que lista as 34 atividades econômicas mais prejudicadas no Brasil pela decretação do estado de calamidade pública. Elaborada pelo Ministério da Economia, a lista foi feita para priorizar e orientar as instituições financeiras oficiais de fomento, inclusive regionais, na concessão de créditos empresas.

Entre os setores mais impactados estão as atividades da indústria, comércio e serviços, como empresas de saúde e educação privadas, transporte, serviços de alimentação e alojamento, fabricação de veículos automotores, combustíveis e lubrificantes e metalurgia, além de exploração de petróleo. O governo diz que a lista é para orientar o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), mas anima as empresas que estão de olho em políticas futuras de compensações.

Lista orienta instituições financeiras na concessão de créditos e pode ajudar em futuras políticas compensatórias

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 23/09/2020	Página:

Correio*

MELHORA CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO BAIANO

INDICADOR Em setembro, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), da Fecomércio-BA, registrou 83,2 pontos, uma alta de 20,8% em relação a agosto. Essa é a terceira alta consecutiva e acumula crescimento desde junho de 36,6%. Contudo, mesmo com o bom desempenho recente, o ICEC ainda está na área de pessimismo, abaixo dos 100 pontos.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) é analisado mensalmente pela Fecomércio-BA. O indicador varia entre 0 a 200 pontos, sendo que de 0 a 100 pontos é considerado patamar pessimista e de 100 a 200 pontos patamar otimista.

O destaque deste mês que se diferencia dos meses anteriores é que o resultado geral não está sendo puxado somente pelas expectativas, mas pela melhora significativa das avaliações atuais. O Índice das Condições Atuais do Empresário do Comércio (ICAEC) registrou crescimento de 66,6% ao passar dos 26,9 pontos de agosto para os atuais 44,9 pontos.

Embora o patamar ainda esteja muito baixo, a decisão de reabertura do comércio em Salvador e também a ampliação do horário de funcionamento favoreceram a melhora do humor do empresário.

A TARDE

Colégios do subúrbio fazem testagem para Covid-19

TÁCIO CALDAS*

A aplicação de testes para o novo coronavírus nas escolas estaduais do subúrbio ferroviário de Salvador está na reta final, e o processo deve ser concluído até o final da semana. A iniciativa faz parte da segunda etapa do projeto desenvolvido pelo governo do estado, que envolve 28 escolas da região.

"Devido a problemas em uma das escolas, nós vamos prorrogar o procedimento até o dia 25", afirmou Jerônimo Rodrigues Souza, secretário da Educação do estado da Bahia. De acordo com Jerônimo, a testagem vem sendo feita há algum tempo em outras localidades. "Nós começamos, num primeiro bloco, pegando Ipiaú, Itajuípe e Uruçuca, que foram escolhidos pelo índice de infecção na população, com mais de 1%. Há dois meses a gente pegou municípios maiores, como Ilhéus, Itabu-

na e Jequié e, vimos que cerca de um quarto da nossa rede estava infectada", relatou o secretário. O cronograma da aplicação dos testes pode ser encontrado no site da secretaria estadual de Educação.

***SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA RITA CONRADO**

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

A TARDE

SALVADOR Especialistas falam de expectativa para o período pós-pandemia e da previsão de eventos no Centro de Convenções e normalização de viagens

Setor de turismo confiante na retomada das atividades

Uendel Galvão/Ag. A TARDE



MARJORIE MOURA

Sete eventos previstos para o Centro de Convenções de Salvador até dezembro e 50% dos voos normalizados até o fim do ano no aeroporto da cidade foram as boas notícias divulgadas ontem, na mesa redonda realizada pelo projeto A Tarde Conecta que abordou o turismo na Bahia e as perspectivas com a retomada das atividades pós pandemia. O evento foi mediado pelo colunista Armando Avena, tendo como convidados Fausto Franco, secretário de Turismo da Bahia; Pablo Barroso, secretário de Cultura e Turismo de Salvador; Cláudio Tinoco, vereador e ex secretário de Cultura e Turismo do município; e Roberto Duran, diretor/presidente da Salvador Destination.

na China e nos Estados Unidos, dois dos principais mercados provedores de turistas. A organização alerta para a possível destruição "de 100 milhões a 120 milhões de empregos diretos" no setor.

Os participantes falaram sobre o setor de turismo sob suas perspectivas e responderam a uma pergunta do mediador sobre a retomada das atividades na indústria e no comércio e como o setor de turístico vai se sair dessa situação pós pandemia. O secretário Fausto Franco lembrou que existe uma demanda reprimida após seis meses de isolamento social. Ele lembrou que a Bahia possui 13 zonas turísticas com 133 municípios com este viés, e que nos meses de abril e maio estava tudo parado, ocorrendo, a partir de junho, a reabertura de alguns resorts do Litoral Norte. Em

abril, explicou, apenas 4% do tráfego aéreo normal se verificava no estado.

"Hoje temos 35% dos voos e a previsão é chegar a dezembro com 50% do fluxo de vôo pré pandemia. Este será um importante ante indicativo porque sem estes voos é difícil fomentar turismo de grande escala. Já mesmo tempo vemos a oportunidade de reforçar o turismo regional (antes da pandemia 40% dos turistas internos já era baianos). Mas as companhias aéreas de todo o mundo estão revendo suas estratégias e esperamos ganhar uma importante parcela dos voos destinados ao nordeste, com as mudanças causadas pela pandemia. Em sete de setembro, esse movimento de turismo interno foi verificado, com boas possibilidades que se repita para 12 de outubro. Alguns municípios abriram com 50%, outros situados na Chapada Diamantina preferiram agosto e devem ser reaberto em outubro", explicou.

para o turismo em Salvador com a inauguração do centro de convenções, com a conclusão da reforma do aeroporto, com 70% da orla restaurada e recuperada, com a cidade limpa, quando veio a pandemia", disse.

"Mas com a maturidade do governador do estado e do prefeito, que embora adversários políticos, se uniram para enfrentar este problema sanitário, fez com que a cidade passasse a ser vista no país como um local que respeita a vida das pessoas e que tem protocolos rígidos, fazendo com que leve vantagem na preferência de local para o turismo. Lá no início da pandemia estruturamos um plano de recuperação econômica que lançamos em agosto junto com o centro de recuperação do turismo com a agência de fomento do turismo. Sabemos que muitas pessoas ficaram desempregadas neste período e a facilidade para criar emprego na área de turismo em Salvador tem que ser aproveitada", disse.

A pandemia e o

Mais desejada

A pandemia e o confinamento em boa parte do mundo causaram perdas de US\$ 320 bilhões para o turismo mundial entre janeiro e maio - apontam dados divulgados em julho, pela Organização Mundial de Turismo (OMT). Entre os principais perigos para o setor, a entidade cita "o aumento do vírus e o risco de novos confinamentos", além da situação de "ponto morto"

confinamento em boa parte do mundo causaram perdas de US\$ 320 bilhões para o turismo mundial entre janeiro e maio

Para o secretário Pablo Barroso, Salvador foi uma das cidades mais afetadas pela pandemia, mas segundo pesquisas é um dos destinos mais desejados no país. O trabalho da prefeitura nos últimos sete anos consolidou a vocação da cidade para o turismo, que representava 20% da renda interna da cidade. "Esperávamos que 2020 fosse um ano proveitoso e especial

"Mantivemos as obras estruturantes para o turismo e para a vida da cidade e fomos a primeira cidade a receber o selo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo. O trabalho é de retomada, mas sempre respeitando o momento da pandemia para que não haja uma segunda onda, para que não haja um retrocesso", destacou Barroso.

Tribuna

Prefeito pede celeridade para aprovar pacote de incentivos fiscais



PROJETO enviado pelo Executivo soteropolitano aguarda a mais de um mês na Casa Legislativa para ser votada

REDAÇÃO

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), pediu celeridade ontem para que a Câmara dos Vereadores aprove o pacote de incentivos fiscais e tributários. A matéria enviada pelo Executivo soteropolitano aguarda a mais de um mês na Casa Legislativa para ser votada. A proposta facilita o pagamento de dívidas por cidadãos e empresas.

"Estou esperando a Câmara votar. Geraldo (Júnior, presidente da Câmara dos Vereadores) disse que, até o final da semana, o projeto será votado. A agenda da Câmara é da Câmara, não é minha. O que posso sem-

pre é pedir celeridade. Acho que o projeto será votado a tempo até sexta", declarou ACM Neto.

Encaminhado em 27 de agosto, o projeto concede desconto de 10% para quem tem dívida até o dia 29 de fevereiro. Já quem tem débito, entre os dias 1º de março e 31 de julho – período de pico da pandemia de coronavírus – o desconto será de 20%, em caso de pagamento à vista.

"Esse é um ponto fundamental. Recuperar a condição de adimplência para os contribuintes, que precisam fazer novos investimentos e recuperar os negócios, possam ter a tranquilidade de que os impostos atrasados

vão ser pagos numa situação favorável", declarou o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, em entrevista à TV Bahia.

A medida também visa melhorar a arrecadação da prefeitura soteropolitana, que estima queda de R\$ 288 milhões entre abril e agosto deste ano. Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), Carlos Andrade, também criticou a demora para a votação do texto. "Primeiro, está demorando de ser aprovado pela Câmara que já deveria desde julho de 2020. Os descontos são infirmos. A cobrança de imposto (não deveria ocorrendo)

enquanto as lojas estavam fechadas", afirmou.

Como recurso para garantir a segurança da população, o prefeito ACM Neto (DEM) entregou ontem a geomanta Marciano Porcino, localizada no bairro de Boa Vista do Lobato (Estrada Lobato/Campinas). A geomanta foi instalada em uma área de 1.342,65 metros quadrados, beneficiando a aproximadamente mil soteropolitanos. Para realização da intervenção, foi investido o montante de R\$185.782,48. Desde 2016, o município aplicou mais de 118 mil metros quadrados dessa proteção na cidade, com investimento superior a R\$17 milhões.

Henrique Meirelles defende manutenção do teto de gastos

SIMONE KAFRUNI, CORREIO BRASILENSE

Para o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, atual secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, o teto de gastos — regra cada vez mais ameaçada — foi fundamental para permitir a redução da taxa básica de juros, hoje no menor nível da história, em 2% ao ano. Meirelles era ministro do ex-presidente Michel Temer, responsável pela criação da norma que congelou, por 20 anos, a expansão do gasto público, limitado à inflação do ano anterior.

“O teto de gastos viabilizou a discussão orçamentária. Passou a ser forçoso discutir prioridades orçamentárias, porque não se podia expandir o gasto. E o Brasil voltou a crescer. A recuperação permitiu ao Banco Central, de forma conservadora, baixar a taxa de juros, com uma consequente melhora estrutural”, defendeu, ao participar do debate Política econômica da pandemia e o setor de telecomunicações, durante o Painel Telebrasil 2020, realizado nesta terça-feira (22/9).

Segundo ele, a situação fiscal será muito importante nos próximos anos, para garantir a retomada da economia de forma sustentável. “Neste momento, temos cada vez mais que implantar o teto. No pós-pandemia, é preciso voltar para uma absoluta obediência. Sei que a tentação é grande, porque, por um período, houve expansão por conta de uma crise de saúde inédita. Ago-

ra, é necessário reequilibrar o processo”, sustentou.

Meirelles ressaltou que o teto de gastos tem valor prático e objetivo para garantir uma trajetória que estabilize o país. “Garante o fator confiança e o controle da inflação. Nós começamos a reversão da queda da economia brasileira, inicialmente, com o teto de gastos”, reforçou. Conforme ele, o momento mais agudo da crise foi em abril, quando a economia sentiu o impacto total “do medo do desconhecido, da prudência e das medidas tomadas visando proteger a população”.

A partir de então, de acordo com o secretário de Fazenda de São Paulo, as companhias começaram a se adaptar. Por isso, a previsão negativa para o Produto Interno Bruto (PIB) foi sendo reduzida. “As pessoas estão voltando ao trabalho gradualmente, o auxílio emergencial foi fundamental para o comércio e as camadas menos favorecidas”, elencou, entre os motivos que explicam previsões menos pessimistas para o PIB de 2020.

O ex-ministro disse, ainda, que as reformas, assim como a racionalização dos gastos públicos e as medidas para viabilizar a manutenção do teto, são necessárias para impulsionar a economia. “Também precisamos de investimento em infraestrutura. Um dos nossos problemas maiores é o déficit estrutural nessa área. Isso passa por privatização. O Estado brasileiro e os governos estaduais não têm recursos para isso”, acrescentou.

Ministério da Economia prevê rombo de R\$ 861 bilhões

LAÍS LIS, G1 — BRASÍLIA

O déficit primário nas contas do governo deve somar R\$ 861 bilhões neste ano, informou ontem o Ministério da Economia no relatório de receitas e despesas do orçamento deste ano.

Há déficit primário quando as despesas do governo superam as receitas com impostos e contribuições. Quando ocorre o contrário, há superávit. A conta do déficit primário não considera os gastos do governo com o pagamento dos juros da dívida pública.

Em maio, também no relatório do orçamento, a área econômica estimou que o rombo nas contas públicas seria menor: de R\$ 787,4 bilhões.

O novo cálculo considera uma retração de 4,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, última estimativa divulgada pelo Ministério da Economia.

Para este ano, o governo tinha autorização para registrar em suas contas um déficit primário de até R\$ 124,1 bilhões.

Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional devido à pandemia do novo coronavírus, o governo não está mais obrigado a cumprir a meta, ou

seja, está autorizado a gastar mais.

RECEITAS E DESPESAS

De acordo com o Ministério da Economia, esse rombo nas contas públicas é motivado pelas despesas autorizadas para combater a crise do coronavírus.

Esse gasto adicional foi maior em duas frentes: nas ações de saúde e nas medidas para evitar o aumento do desemprego e compensar a queda de arrecadação.

Em relação ao relatório anterior do orçamento de 2020, divulgado dois meses atrás, o governo projetou um gasto adicional de R\$ 63,5 bilhões neste ano.

Com relação às despesas, o Ministério da Economia destacou a queda de R\$ 17,3 bilhões na previsão de gasto com o programa emergencial de suporte ao emprego, cujo orçamento passou de R\$ 34 bilhões para R\$ 17 bilhões. O relatório também reduziu em R\$ 4,504 bilhões a previsão com benefícios previdenciários.

Por outro lado, houve um aumento de R\$ 2,3 bilhões com gastos do programa Bolsa Família e de R\$ 84,3 bilhões em créditos extraordinários. A maior parte desse valor foi para o auxílio emergencial (R\$ 67,6 bilhões), prorrogado até dezembro desse ano.

CONJUNTURA

CNI: atividade industrial segue em recuperação com alta do emprego

KELLY OLIVEIRA – REPÓRTER
DA AGENCIA BRASIL -
BRASILIA

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) alcançou 71%, 2 pontos percentuais acima do apurado em agosto de 2019 e 4 pontos percentuais a mais na comparação com julho. É o maior percentual para o mês desde de 2014, quando o UCI ficou em 72%.

O indicador de UCI efetiva - em relação ao usual - aumentou 3,6 pontos de julho para agosto e ficou em 47,7 pontos. O índice ficou acima do registrado em agosto de 2019 (44,1) e pró-

ximo à linha divisória de 50 pontos. Isso significa que a atividade industrial está usual para o mês. Esse indicador procura medir o quão a atividade industrial está aquecida. Valores abaixo de 50 pontos indicam atividade desaquecida. "Na esteira dessa recuperação, o otimismo do empresário também continuou aumentando, impulsionado tanto pela recuperação da economia, como pelo início do período de fim de ano, sazonalmente mais favorável à produção industrial", diz a sondagem.

O índice de evolução da produção alcançou 58,7

pontos em agosto, no terceiro mês seguido de alta. O índice é próximo ao registrado no mês anterior (0,7 ponto inferior). Resultados acima da linha divisória de 50 pontos indicam crescimento com relação ao mês anterior. Quanto mais distante da linha de 50 pontos, mais forte e disseminada entre as empresas industriais é a alta da produção.

De acordo com a CNI, mesmo com meses de crescimento da produção, os estoques seguem em queda e em nível abaixo do planejado. O índice de evolução do nível de estoques registrou 46,3 pontos em

agosto. Desde abril, os estoques vêm registrando queda.

O índice de estoque efetivo em relação ao planejado ficou abaixo da linha divisória de 50 pontos (45,2 pontos), indicando que os estoques seguiram inferiores ao esperado pelos empresários industriais.

EMPREGO

O índice de evolução do número de empregados atingiu 53,8 pontos em agosto. "O índice já havia superado a linha divisória de 50 pontos em julho (índice de 50,9 pontos) mas, ao se afastar da linha, revela mal-

or disseminação do movimento de aumento do emprego", diz a CNI.

O indicador de agosto é o maior da série histórica mensal, iniciada em janeiro de 2011. "É preciso levar em consideração, contudo, que o emprego estava em nível muito baixo. Em abril, o índice havia mostrado forte queda do número de empregados, ao registrar 38,2 pontos", ponderou.

Expectativas

De acordo com a Sondagem, todos os índices de expectativa mantiveram-se em crescimento na pesquisa realizada neste mês. "O

otimismo do empresário vem sendo impulsionado tanto pela recuperação da economia, como pelo início do período sazonalmente mais favorável à produção industrial", diz a CNI.

O índice de expectativa para a demanda em setembro aumentou 1,7 ponto, em relação a agosto, para 63,1 pontos, o melhor resultado para o índice em mais de 10 anos.

O índice de expectativa de compras de matérias-primas aumentou 1,9 ponto para 60,6 pontos. A última vez que o índice havia superado 60 pontos foi em agosto de 2010.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 23/09/2020	Página: 09

Tribuna

Estado recupera mais de 90 km de estrada em Curaçá e região

Na segunda agenda do dia na região do Vale do São Francisco, nesta terça-feira (22), o governador Rui Costa esteve em Curaçá, quando realizou a entrega de obra de infraestrutura e abastecimento de água.

O Governo do Estado restaurou 92 quilômetros da rodovia BA-210, no trecho entre a BR -116 (Acesso Ibó) e Curaçá. A

obra foi coordenada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado e contou com investimento de mais de R\$ 27 milhões.

"Nós estamos com um projeto especial aqui na BA-210, que liga a cidade de Paulo Afonso à cidade de Juazeiro, passando por muitas cidades como Curaçá, onde estamos hoje. Trata-se de um projeto de

correção de infraestrutura e mais manutenção durante um prazo de cinco anos, em que a empresa que ganhou a licitação tem responsabilidade de fazer tudo o que for necessário para o bom estado da BA-210 neste período", afirmou o governador Rui Costa.

A obra beneficia mais de 70 mil habitantes que vivem nas cidades de

Curaçá, Abaré, Chorrochó e Rodelas. "São 369 quilômetros que já foram totalmente repavimentados, com investimento de aproximadamente R\$90 milhões", acrescentou o secretário de Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti. Rui Costa ainda realizou a entrega simbólica do Sistema Simplificado de Abastecimento de

Água na localidade de Fazenda São Mateus. O serviço foi executado pela Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Estado (Sihs).

Nesta obra foram investidos R\$ 105 mil. A obra garante o acesso à água de qualidade para mais de 20 famílias que

moram na localidade. "Aqui em Curaçá foram entregues dois sistemas simplificados que usam a tecnologia e beneficiam pequenas localidades de cerca de 30 a 50 famílias, dentro de um conjunto de obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água", afirmou o secretário de Infraestrutura Hídrica, Leonardo Góes.

ECONOMIA

Publicado em 23/09/2020 às 08h47.

Governo busca apoio do centrão para enviar proposta de Guedes que cria novo imposto

Em almoço, ministro da Economia defendeu tributo como forma de bancar desoneração ampla da folha

Redação



Paulo Guedes, ministro da Economia (Fotos Públicas)

Após obter aval do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o time do ministro Paulo Guedes (Economia) agora busca o apoio do centrão para apresentar ao Congresso sua proposta de um imposto sobre transações digitais, informa reportagem do jornal Folha de S. Paulo.

O novo tributo, nos moldes da antiga CPMF, pretende levantar R\$ 120 bilhões por ano. Os recursos vão custear o programa de desoneração da folha de pagamentos.

Pessoas que participaram das discussões na semana passada afirmam que Bolsonaro delegou ao deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, a obtenção dos votos antes de



Guedes e deputados do centrão —grupo formado por partidos como PP, PSD e Republicanos— que estão aderindo à base do governo.

Um dos temas discutidos foi a criação do novo imposto.

A ideia de Guedes é estabelecer alíquota de 0,2% sobre o valor de qualquer transação digital. O montante arrecadado será usado para cobrir a desoneração da folha para quem ganha até um salário mínimo (R\$ 1.045).

Acima desse patamar, haverá descontos. A contribuição previdenciária paga pelas empresas para esses funcionários, que hoje é de 20%, passaria a 10%. A diferença seria coberta pela receita gerada pelo novo tributo.

Também está na proposta a ampliação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física de R\$ 1.900 para R\$ 3.000.

No almoço, Guedes disse que enviará nos próximos dias o texto da proposta para os líderes da base do governo. Dessa forma, eles podem dar início a um processo de convencimento com os demais deputados.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 08h02 de 23/09/2020

Petrobras recebe R\$ 265 mi em acordo de leniência na Lava Jato

Somente nos últimos 12 meses, estatal conseguiu recuperar R\$ 1,2 bilhão por colaborar com operação

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 22 de Setembro de 2020 - 14:20

STF suspende julgamento sobre venda de refinaria da Petrobras na Bahia



Luiz Fux, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu retirar de análise o caso que analisa a possibilidade de privatização sem aprovação legislativa de refinarias pela Petrobras, incluindo a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia.

A decisão foi tomada em julgamento virtual, segundo informação do sistema de acompanhamento processual da corte.

Ainda não há previsão oficial para que o caso seja apreciado em Plenário, enquanto o julgamento virtual havia estabelecido data até 25 de setembro para uma decisão.

De acordo com o Infomoney, a expectativa é de que o julgamento no plenário do Supremo ocorra ainda este ano, disse uma fonte próxima do presidente da corte, que falou sob a condição de anonimato. "Aliás, a tendência é de que grandes casos sejam remetidos ao plenário físico", acrescentou.

A retirada do processo do julgamento virtual ocorre após a Petrobras ter recebido três votos contrários às suas intenções de vender refinarias sem necessidade de aprovação do Congresso. As discussões ocorrem em momento em que a estatal tem processos avançados para venda de refinarias na Bahia e no Paraná.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 23/09/20	



GASOLINA SOFRE REAJUSTE DE 4% NESTA QUARTA (23)



admin 23 Setembro, 2020

A Petrobras informou nesta terça-feira, 22, que vai aumentar o preço do litro da gasolina vendida em suas refinarias em 4%, a partir de amanhã, 23. De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a alta foi de R\$ 0,0646 por litro. Os preços do óleo diesel permanecem inalterados.

O aumento do produto interrompe uma sequência de três quedas nos valores do produto. No entanto, mesmo com o aumento, os preços da gasolina seguirão 13,4% abaixo das máximas de 2020, quando o combustível era vendido nas refinarias da estatal por R\$ 1,9173 por litro.

A Petrobras defende que sua política de preços possui como base a paridade de importação. Logo, considera fatores como as cotações do petróleo no mercado internacional e o câmbio.

foto pa media

Veículo: Bocão News	Política
Data: 23/09/20	



Política

Governo estima rombo de R\$ 861 bilhões nas contas públicas em 2020



23 de Setembro de 2020 às 05:31 Por: *Daniel Isaia/ Agência Brasil* Por: *Folhapress* 0 comentários

O Ministério da Economia estima que as contas federais vão encerrar 2020 com um rombo de R\$ 861 bilhões, o pior resultado da série histórica. A informação foi apresentada nesta terça-feira (22) no relatório bimestral que avalia a arrecadação e os gastos do governo.

Após atrito público entre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e a equipe econômica na última semana, o documento foi apresentado sem a realização da tradicional entrevista à imprensa para comentar os dados.

O último relatório, divulgado em julho, estimava que o déficit fiscal do governo central fecharia o ano em R\$ 787 bilhões. No início deste mês, no entanto, o governo já havia informado que o rombo seria maior, de R\$ 866 bilhões. Agora, essa projeção foi revisada para R\$ 861 bilhões.

Por conta da pandemia do novo coronavírus, o governo ampliou gastos e perdeu receitas. Com a decretação de calamidade pública e a aprovação do chamado

Orçamento de guerra, porém, não há obrigação de cumprimento de regras fiscais, como a meta de resultado primário.

Entre a avaliação de julho e a desta terça, o governo ampliou em R\$ 84 bilhões os gastos relacionados com a pandemia. O maior deles, de R\$ 67,6 bilhões, se destina ao pagamento das parcelas adicionais do auxílio emergencial até o fim do ano.

Há ainda R\$ 12 bilhões para ampliar o programa de crédito a micro e pequenas empresas. Outros R\$ 4,5 bilhões foram direcionados ações relacionadas à compra e produção da possível vacina contra o coronavírus.

Na última semana, o secretário de Fazenda da pasta foi repreendido por Bolsonaro. Ele havia afirmado em entrevista que o plano do governo para custear o Renda Brasil prevê o congelamento de aposentadorias.

Após repercussão negativa, Bolsonaro determinou a suspensão da formulação do Renda Brasil e pediu que a equipe econômica evite conceder entrevistas.

Em reunião com secretários, o ministro Paulo Guedes (Economia) repassou o recado e determinou que sua equipe fale o mínimo possível. O objetivo é evitar vazamentos de propostas em formulação.

Desde então, Waldery Rodrigues saiu dos holofotes. Ele não participou de coletiva de imprensa na última semana para apresentar estimativas da pasta para a economia.

A entrevista sobre o relatório bimestral, usualmente comandada por Waldery, não ocorreu. O ministério de limitou a apresentar uma nota sobre os números. O secretário, no entanto, segue normalmente com sua agenda de compromissos internos no governo.

Veículo: G1	Economia
Data: 23/09/20	



Com superávit de US\$ 3,7 bilhões em agosto, contas externas têm saldo positivo pelo 5º mês seguido

Na parcial do ano, rombo das contas externas é de US\$ 8,53 bilhões, queda de 75% em relação a 2019. Investimentos estrangeiros diretos recuaram 41% na parcial do ano.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

23/09/2020 09h56 Atualizado há 46 minutos

As contas externas registraram superávit de US\$ 3,721 bilhões em agosto deste ano, segundo números divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (23). Esse foi o quinto mês seguido de resultados positivos.

O resultado de transações correntes, um dos principais do setor externo do país, é formado pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior).

A melhora no resultado das contas externas neste ano é fruto do saldo positivo da balança comercial brasileira, que tem sustentado bons números

em meio à pandemia do novo coronavírus, principalmente por conta da queda de importações.

Além disso, déficits menores nas contas de serviços e renda também têm sido registrados, em razão do desaquecimento da economia mundial e do fechamento de fronteiras – este último fator contribuiu para o **menor gasto de brasileiros no exterior em 16 anos em agosto**.

Segundo o BC, na parcial dos oito primeiros meses deste ano, a conta de transações correntes registrou um déficit de US\$ 8,539 bilhões, o que representa uma queda de 75% frente ao mesmo período do ano passado (-US\$ 34,020 bilhões).

- Em todo ano passado, o déficit das **contas externas do Brasil subiu 22%, para US\$ 50,762 bilhões**.
- Para todo ano de 2020, a expectativa do Banco Central é de um déficit menor das contas externas, de US\$ 13,9 bilhões, por conta da pandemia do novo coronavírus. **Se confirmado, será o melhor resultado em 13 anos**.

Investimento estrangeiro

O Banco Central também informou que os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira somaram US\$ 26,957 bilhões de janeiro a agosto deste ano. Com isso, houve queda de 41% frente ao mesmo período de 2019, quando somaram (US\$ 46 bilhões).

Mesmo assim, os investimentos estrangeiros foram suficientes para cobrir o rombo das contas externas no acumulado deste ano (US\$ 8,539 bilhões).

Quando o déficit não é "coberto" pelos investimentos estrangeiros, o país tem de se apoiar em outros fluxos, como ingresso de recursos para aplicações financeiras, ou empréstimos buscados no exterior, para fechar as contas.

Somente em agosto, os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira somaram US\$ 1,430 bilhão, com forte recuo frente ao mesmo mês de 2019 – quando totalizaram US\$ 9,524 bilhões.

- Em todo ano passado, os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira somaram US\$ 78,559 bilhões, com pequena alta frente ao ano anterior.
- Para 2020, o Banco Central estima um ingresso de US\$ 55 bilhões em investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira.

mercado **coronavírus**

O dono de restaurante Gerson Higuchi, que negociou boletos e alugueis e adiou o pagamento de impostos Gabriel Cabral/Folhapress

Fatura das dívidas adiadas começa a chegar para empresas

Receitas ainda baixas devem levar a novas renegociações e alta da inadimplência

Isabela Bolzani

SÃO PAULO Com o faturamento ainda aquém dos níveis pré-pandemia e a demanda baixa, empresários priorizam o controle de custos e novas renegociações de crédito para sobreviver até o ano que vem.

Além dos débitos que os bancos prorrogaram por até 180 dias —prazo que já começa a vencer a partir de outubro—, parcelas dos tributos adiados pelo governo e a volta do pagamento integral de alugueis e da folha de salários também podem coincidir nos próximos meses e, segundo especialistas, aumentar os níveis de inadimplência.

Para as empresas que conseguiram pegar a primeira leva do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), entre junho e julho, os primeiros pagamentos devem acontecer entre fevereiro e março do ano que vem, quando acabam os oito meses de carência do programa.

José Ernesto Betteli, responsável pela área financeira do Mumbuca Buffet, em Palmas (TO), conseguiu tomar recursos do Pronampe, e a empresa deve ter fôlego para seguir com razoável tranquilidade até o fim deste ano.

"A boa notícia é que a maioria dos nossos clientes não cancelou os seus eventos, só os adiou para 2021. Continuamos a segurar custos, e o Pronampe vai servir de capital de giro por um tempo", disse.

Segundo a consultora de negócios do Sebrae-SP (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) Leidia-

ne Lima, as medidas anunciadas pelo governo de acesso a crédito para companhias, como o próprio Pronampe ou o crédito para pagar o salário de funcionários, foram positivas e ajudaram uma parcela importante de empresas a ter caixa para superar a crise, mas a maioria não terá recursos para cobrir as despesas dos próximos meses.

"A maior parte dos negócios não está com o caixa preparado. Todo o mundo fez o que pôde, mas muitos terão que partir para uma nova renegociação e, infelizmente, ainda vamos ver algumas empresas fechando as portas", afirmou. Mesmo aqueles que conseguiram se preparar ainda enfrentarão dificuldades. Gerson Higuchi, dono do restaurante AppleWood, no Jardim Anália Franco (zona leste de SP), afirma que se planeja com base em dois cenários: um otimista, que considerava que a pandemia terminaria entre junho e julho, e um pessimista, que projetava que a crise duraria até o fim do ano.

"Logo no começo eu já comecei a enxugar custos e cheguei a tentar quatro linhas de crédito. Negociamos boletos e alugueis, aproveitei a deixa para adiar o pagamento de impostos, cancelei contratos com parceiros e prestadores de serviços e desliguei 15 das 20 pessoas da equipe", disse.

Também precisei afastar outras duas funcionárias essenciais, uma gestora e outra cozinheira, cujos cargos eu acabei assumindo."

Atualmente, Higuchi abre o salão do restaurante apenas de sexta a domingo. Seu

faturamento está entre 10% e 30% dos níveis pré-pandemia.

"Temos um planejamento para a fase de final de ano, mas, se eu disser que consigo fazer caixa, é mentira. É tudo baseado em negociação de contas, e o movimento não é constante: tem dias em que faço R\$ 10, outros em que faço R\$ 200. E eu já comecei a ter receio de pegar crédito porque vou criar mais uma dívida. Peço menos por enquanto, ainda que aos trancos e barrancos, e a empresa está caminhando."

Para Wilson Borgmann, presidente do Sipep (Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria no Paraná), a maior preocupação é com aqueles que pegaram crédito bancário, com prazos menores e juros mais altos do que os oferecidos pelas linhas do governo.

"Muitos tomaram crédito bancário porque ou pegava ou fechava. Nosso setor conseguiu se antecipar para a redução da jornada, o que ajudou a economizar, mas não existe sobra de dinheiro. Todos estão trabalhando no fio da navalha, e o medo é que as prestações comecem a chegar e que não haja faturamento para cobrir esses gastos."

Segundo o 11º boletim de tendências do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria) com dados do Datafolha, 38% dessas empresas afirmam que não têm capital suficiente para fazer o giro dos seus negócios — e o acesso a crédito ainda afeta 8 em cada 10 micro e pequenas indústrias no estado de São Paulo.

Apesar de os últimos dados da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) apontarem

que as instituições financeiras emprestaram cerca de R\$ 1,8 trilhão de 1º de março a 21 de agosto, incluindo contratações, renovações e suspensões de parcelas, o acesso a esses recursos foi diferente para os diversos setores da economia, o que deve afetar a obrigação de pagamentos de parte considerável das empresas.

"O crédito demorou a vir e, quando veio, não atendeu a todos que precisavam dos recursos", disse o presidente da Alshop (Associação Brasileira dos Lojistas e Shopping), Nabil Sghayoum.

Nenhum dos quatro maiores bancos do país (BB, Bradesco, Itaú e Santander) havia se pronunciado até a publicação desta reportagem.

"A maioria das empresas ainda precisa buscar capital de giro, renegociar contas, dívidas vindouras e até o aluguel da loja. Mas, com o faturamento ainda longe dos níveis pré-pandemia, a tendência é de aumento da inadim-

plência", disse Sghayoum.

Isso inclui a quitação de tributos, apesar de o impacto ser menor em alguns setores, dado que o imposto é pago sobre o faturamento —que está baixo.

"Algumas empresas já começam a pagar os tributos adiados, mas, em muitos casos, não há preparo do caixa. É claro que, se há restrição de recursos, aspectos sociais, como salários, têm de ser privilegiados. Mas é preciso lembrar que a obrigação tributária não é flexível e traz multa, juro e correção", disse Edmar Natal, sócio tributarista da Natal e Mansur Advogados.

Jorge Caetano, dono de dois restaurantes na zona norte da capital paulista, afirma que, mesmo tendo reduzido seu estoque pela metade, precisou aproveitar todas as oportunidades que teve para não diminuir o quadro de funcionários.

"Reduzimos jornada e antecipamos férias. Também peguei o crédito para pagamento da folha e o Pronampe, o que deu um fôlego. Agora, se conseguirmos pagar mais uma leva de recursos, vamos usar para antecipar o 13º [salário]". Segundo o assessor econômico da FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens e Serviços de São Paulo) Guilherme Dietze, o que chega de crédito ao mercado tem ido principalmente para empresas que já começam a apresentar algum faturamento e possuem garantias.

"Mas há discrepâncias. No varejo, por exemplo, uma coisa é falar do setor de vestuário, que não teve receita suficiente nos últimos meses. Outra é o setor de móveis e construção, cujo desempenho foi muito bom ante a adoção do home office", disse.

Para o vice-presidente da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) do Bom Retiro, Nelson Tranquez, o setor de varejo de roupas (predominante na região) tem uma expectativa mais otimista sobre os últimos meses do ano, com Black Friday, Natal e Ano-Novo.

“ Tem dias em que faço R\$ 10, outros em que faço R\$ 200. E eu já comecei a ter receio de pegar crédito porque vou criar mais uma dívida

Gerson Higuchi dono de restaurante na zona leste de SP

Com taxa de ocupação de 3%, Maksoud pede recuperação judicial

SÃO PAULO O Grupo Maksoud de Hotéis entrou com pedido de recuperação judicial na segunda-feira (21) na Justiça de São Paulo.

A solicitação envolve dívidas trabalhistas e com outros credores que podem chegar a R\$ 120 milhões. Fora do pedido ainda são estimados R\$ 400 milhões em débitos tributários.

O pedido envolve a Hidroservice, holding mista que controla direta e indiretamente a HM Hotéis (sociedade que conduz as atividades do Maksoud Plaza), a Manaus Hotéis e a HSBX Hotéis.

Segundo a petição inicial

protocolada pelos advogados do grupo, o icônico hotel paulistano foi duramente atingido pela pandemia do novo coronavírus, apesar de ter registrado faturamento de R\$ 72,5 milhões no ano passado.

Iniciada em março e ganhando escala mundial, a pandemia obrigou o hotel a fechar as portas por seis meses. As obrigações cotidianas, no entanto, persistiram e chegaram a R\$ 1,5 milhão por mês com folha de pagamentos e manutenção do empreendimento, além dos gastos com segurança e manutenção dos ativos imobiliários do grupo.

"A falta de perspectiva para uma recuperação a curto prazo do setor de hotelaria mundial, em especial no turismo de negócios —as estimativas mais otimistas falam de retorno do movimento normal em 2022—, fez a direção tomar a decisão de fazer desligamentos de 153 dos 316 colaboradores na sexta-feira (18), no intuito de preservar as atividades do hotel, sendo certo que, até o presente momento, nenhum anúncio de plano de ajuda ao setor de turismo foi implementado pelos governos competentes", afirmaram os advogados na petição.

O Maksoud Plaza continua em operação mesmo após o pedido de proteção contra falência. O hotel registra taxa de ocupação de 3% desde sua reabertura, em 4 de setembro. A ocupação média do empreendimento é de 62%.

O hotel agora espera o aceite da recuperação judicial pelo juiz. A partir da autorização, o grupo terá 60 dias para apresentar uma proposta aos seus credores.

O setor de turismo foi um dos mais impactados pela pandemia. O segmento acumula perdas superiores a R\$ 122 bilhões —montante equivalente

a três meses de faturamento do setor, segundo levantamento da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

O governo chegou a costurar uma série de medidas para socorrer os setores mais afetados pelo coronavírus entre abril e maio —que chegaram a cerca de R\$ 50 bilhões— e trouxe outros pacotes emergenciais para alívio financeiro, mas a ação não foi suficiente para conter os estragos nos caixas das companhias.

Um dos mais famosos hotéis de São Paulo, o Maksoud Plaza foi criado em 1979 por



"Estamos começando a retomar a produção, e a venda, gradativamente, e já começamos a ajustar os custos aos pouquinhos", afirmou.

Alguns segmentos específicos, como turismo e serviços, que sentiram forte impacto da crise e ainda não retomaram completamente as atividades, devem sofrer por mais tempo.

Associações Folha afirmam que ainda há uma grande preocupação em relação à sobrevivência dos pequenos negócios a médio e longo prazo.

Segundo João Emilio Padovani Gonçalves, gerente-executivo de política industrial da CNI (Confederação Nacional da Indústria), parte dessa preocupação também vem da heterogeneidade da retomada.

"Falta sincronia. Muitas das empresas que querem ou precisam retomar agora não têm fornecedor ou porque fecharam ou porque ainda não estão em condições de produzir. Isso traz dificuldade de acesso à matéria-prima e custos mais elevados para o setor", disse.

Ainda de acordo com o levantamento do Simpi, 84% das micro e pequenas indústrias enfrentaram dificuldades com a alta de preços de matérias-primas e insumos. Além disso, 30% das companhias afirmaram que tiveram algum fornecedor que falhou ou entrou em recuperação judicial desde o início da pandemia.

Como mostraram reportagens da Folha nas últimas semanas, empresas de diversos setores se queixam de escassez ou reajustes excessivos de insumos. O aço, por exemplo, subiu até 35% desde julho, e uma nova alta é esperada para outubro.

A alta do algodão já ameaça deixar as roupas mais caras, e o setor calçadista teme que falte produto para as vendas de fim de ano.

Pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que 47,6% das empresas consultadas relataram algum problema para obter insumos, matérias-primas ou mercadorias, principalmente devido à parada total ou parcial da produção no início da pandemia e à explosão de demanda com a volta gradativa das atividades.

No caso do material de construção civil, a falta de insumos atinge 55% das empresas do setor, e empresários já são obrigados a adiar a entrega de obras devido à escassez de itens como louça sanitária.

"Há uma sensação de que o cenário melhora em relação ao que era, mas ainda estamos longe do nível pré-pandemia. Com todo esse cenário de acúmulo de dívidas, a tendência é que vejamos níveis maiores de desemprego e um cenário ainda mais preocupante no fim deste ano e no começo de 2021", afirmou o presidente do Simpi, Joseph Couri.

Henry Maksoud e teve seu auge nos anos 1980 e início dos anos 1990, quando acabou herdando todas as dívidas trabalhistas e tributárias do grupo após a Hidroservice suspender parte de suas atividades.

O hotel viveu em crise até 2014, quando Henry Maksoud morreu e seu neto, Henry Maksoud Neto, assumiu a direção do empreendimento.

A nova gestão contratou consultorias especializadas e adotou novos procedimentos de governança e auditoria de resultados, reduzindo as ações trabalhistas em 93%. **1B**

Indústria repõe estoques e tem o menor nível de ociosidade em cinco anos

Especialistas, porém, veem movimento pontual de reorganização das cadeias produtivas e dizem que retomada dependerá da economia

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Com o crescimento da demanda por material elétrico, a fabricante Exatron, em Canoas (RS), contratou empregados, decidiu ampliar turnos e terceirizou processos de que não dá conta de fazer hoje. A Lorenzetti, sediada em São Paulo, também reforçou a mão de obra e, mesmo assim, está com dificuldades para entregar novas encomendas no prazo normal. Fornecedor de PVC para o setor, a empresa química Unipar voltou a rodar suas fábricas em Santo André (SP) e Bahia Blanca, na Argentina, a todo vapor, depois de bater os 40% de ociosidade no período mais agudo da crise, quando teve até que contratar silos para guardar estoques que ficaram sem mercado com a paralisação da economia.

Beneficiada pelo aquecimento do mercado de material de construção, a cadeia dos materiais elétricos exemplifica um movimento de recomposição dos estoques que vem levando a indústria a atingir níveis de utilização da capacidade instala superior até mesmo a antes da pandemia.

O cenário, porém, é visto como pontual, resultado da desorganização das cadeias produtivas durante o distanciamento. Sua manutenção vai depender do ritmo de recuperação da economia após o fim do auxílio emergencial, em dezembro.

Dados preliminares divulgados pelo Ibre/FGV na segunda indicam que o nível de utilização da capacidade da indústria fechará o mês em 78%, alta de 2,7 pontos percentuais em relação a agosto e melhor número desde março de 2015. Em abril, considerado por economistas o pico da pandemia, o indicador bateu o piso histórico de 57,3%. "A pandemia ficou só no segundo trimestre. No terceiro trimestre, a indústria começou a se recuperar e pode ser até que volte ao nível de antes da pandemia já em setembro", diz a economista responsável pela análise da pesquisa do Ibre, Renata de Mello Franco.

O índice de confiança da indústria medido pelo instituto deve atingir 105,9 em setembro, o maior desde os 106,7 pontos registrados em janeiro de 2013. Franco ressalta, porém, que os dados comprovam avaliações de que a recuperação é desigual, com mais ênfase em setores voltados a bens essenciais, produtos do lar e materiais de construção.

É o caso, por exemplo, da Exatron, que abriu novos tur-

Indústria retoma confiança e uso da capacidade



nos, contratou 20 novos funcionários e está investindo cerca de R\$ 2 milhões em equipamentos para expandir a capacidade de produção e dar conta da demanda acelerada.

"A gente trabalhava em um turno só em algumas linhas de montagem, e agora estamos em dois turnos. No processo de injeção de termoplásticos, era 20 horas por dia, e agora são 24 horas. E estamos terceirizando algumas linhas que não conseguimos fazer", diz o diretor-presidente da empresa, Regis Haubert.

A Lorenzetti, mais conhecida pelos chuveiros, mas que vende também metais sanitários, aquecedores de água e outros produtos voltados ao lar, ampliou em 321 pessoas seu quadro de funcionários e, mesmo com a produção a todo vapor, está pedindo 20 dias de prazo para entregar novas encomendas.

"Quando a gente fez o plano de vendas ano passado, achava que ia crescer 10%, mas estamos crescendo 22%", diz o diretor-presidente da companhia, Eduardo Coli. Hoje, a empresa, que tem 5.300 funcionários, está com os quatro centros de distribuição vazios, sem estoques.

"Em abril nossas vendas caíram mais de 75%, pela paralisação do mercado como um

tudo. Em maio, as vendas melhoraram um pouco, ficaram em torno da metade. Em junho, já voltaram para o patamar pré-pandemia", diz o diretor-presidente da Unipar, Maurício Russomano.

No pior período de venda, diz ele, os estoques de PVC chegaram a bater três vezes o volume normal. Hoje, a empresa precisa produzir a toda a capacidade para atender ao elevado número de pedidos. Parte da produção na Argentina está sendo destinada ao Brasil.

Com o maior otimismo, alguns setores já falam em retomar investimentos. No setor de eletroeletrônicos, no qual 82% dos empresários acham que a situação melhorou, 46% das empresas falam em investir neste ano. Outros 31% preveem aportes no ano que vem. "O processo de retomada está em marcha, como também vem demonstrado nossos indicadores de produção e emprego", diz o presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Humberto Barbatto.

Presidente da Abimea (Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos industriais), Paulo Castelo Branco diz que a demanda já torna mais longos os prazos de entrega de alguns tipos de equipamentos de usinagem, corte de metal e plástico.

Os números do Ibre mostram, no entanto, que o otimismo da indústria se resume a curto prazo. A longo prazo, há ainda um sentimento de insegurança.

"O indicador de expectativa indica otimismo para os próximos três meses; o de produção está alto e o de emprego também está alto. Mas o ambiente de negócios ainda está bem baixo", diz a economista do instituto.

Este último, ressalta ela, aponta a visão sobre o cenário nos próximos seis meses e indica que o temor com relação ao prazo para a chegada de uma vacina ou à possibilidade de segunda onda de contaminação vêm afetando a confiança em uma retomada duradoura. "Os números apontam melhora a curto prazo, mas muita incerteza para o longo prazo", conclui ela.

O presidente da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), Ciro Marinho, acrescenta que o cenário atual repete padrões de outras crises econômicas: sem encomendas, a indústria reduz produção, os estoques acabam e, quando o consumidor volta às lojas, a cadeia precisa se reorganizar.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Teatro amador

Empresários e altos executivos de grandes companhias no Brasil lamentaram o discurso de Bolsonaro na ONU nesta terça (22), que foi visto como mais uma chance perdida de aproveitar um palco internacional para tentar melhorar a imagem do Brasil e conquistar a confiança do investidor estrangeiro. A impressão que ficou, segundo o dirigente da filial brasileira de uma multinacional americana, foi de amororismo, o que eleva o ceticismo das matrizes em relação ao país.

VOZ O desempenho de Bolsonaro em sua segunda passagem pela Assembleia Geral já era esperado, mas o que ainda surpreende é que o entorno dele endosse o comportamento, segundo executivos. Na opinião de um deles, é triste ver que Paulo Guedes não imprime sua digital no discurso, o que deixa nítido o enfraquecimento do ministro.

MICROFONE O momento em que o presidente mencionou as reformas tributária, administrativa e da Presidência foi visto mais como um esforço de Bolsonaro em jogar para sua torcida doméstica do que uma tentativa de falar à plateia internacional. Ele poderia ter aproveitado para mostrar uma postura mais equilibrada na questão ambiental.

JÁ VISSERVE FILME O discurso de Bolsonaro na ONU foi "mais do mesmo" e "desinformado, como sempre", na opinião de João Amoêdo, fundador do partido Novo, que nas eleições de 2018 era tido como o candidato à Presidência preferido do mercado financeiro. Para ele, a fala se resumiu a frases soltas. Não teve objetividade nem organizou conceitos.

BATATA QUENTE "Ele começa dizendo que estava preocupado com o coronavírus, quando ele não estava. Depois disse que não poderia fazer na data porque era o seu aniversário e dar responsabilidade dos governadores. Ele disse também que a imprensa politizou o vírus. Falou muitas coisas erradas sobre o meio ambiente", afirma Amoêdo.

PREVISÍVEL Para o ex-presidente do Novo, Bolsonaro fez um roteiro padrão, em que fala algumas mentiras, transfere as responsabilidades, não reconhece os erros e culpa a imprensa. "Ele tem essa mania de se colocar como vítima", diz Amoêdo.

FOGO O hotel Pantanal Mato Grosso, em Paconé (MT), recebeu pedidos de clientes para cancelar ou adiar reservas por causa dos incêndios. Segundo o estabelecimento, que já estava com capacidade pela metade por causa da pandemia, a ocupação chegou a zero em agosto, mas a esperança é que a demanda volte conforme o fogo seja controlado.

DIVERSIDADE O lançamento do programa de trainees para profissionais negros do Magazine Luiza fez barulho e levantou preconceitos de rede social, mas outras iniciativas parecidas já vinham sendo colocadas no mercado desde o ano passado sem gerar comoção semelhante.

BARULHO Google, Ambev e EDP já têm programas de estágio para negros. A diferença, diz Ricardo Sales, da consultoria Mais Diversidade, é que o tema chegou a um público maior ao ganhar apoio de uma companhia popular e liderada por uma empresária conhecida, Luiza Trajano, enquanto a polarização piorou.

ACESSO Para Leizer Pereira, da consultoria Comunidade Empodera, que foi parceira no projeto do Google, o caso teve repercussão porque o trainee busca formar líderes empresariais. "A gritaria é grande porque é uma disputa de poder e privilégios. Quando esses espaços são democratizados, as pessoas que estão em vantagem se incomodam", diz.

BARREIRA O órgão antitruste do Paraguai, o Conacom, rejeitou nesta terça (22) o contrato de operação de serviços firmado entre a Minerwa Foods e o frigorífico paraguaio Frigonorte. Segundo a decisão, se fosse aprovada, a operação poderia configurar uma concentração no mercado de compra de gado para abate.

VIZINHO Procurada pela coluna, a Minerwa diz que vai recorrer. "Temos convicção de que o acordo está em conformidade com as práticas comerciais do mercado paraguaio e é benéfico para o país, uma vez que proporciona empregos e retomada das atividades pelos produtores, duramente impactadas pela pandemia", afirma em nota.

TESOURA O salão de beleza Grossa, em Paconé (MT), recebeu pedidos de clientes para cancelar ou adiar reservas por causa dos incêndios. Segundo o estabelecimento, que já estava com capacidade pela metade por causa da pandemia, a ocupação chegou a zero em agosto, mas a esperança é que a demanda volte conforme o fogo seja controlado.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS		IMPOSTO DE RENDA	
Setembro, em % ao mês	em R\$	em R\$	Dedução, em R\$
Mínimo 7,73	Máximo 8,00	Até 1.903,98	Isento
Cheque especial 3,89	Empréstimo pessoal 7,89	De 1.903,99 até 2.826,65	7,5
Fonte: Procon-SP		De 2.826,66 até 3.751,05	15
		De 3.751,06 até 4.664,68	22,5
		Acima de 4.664,68	27,5
			869,36
EMPREGADOS DOMÉSTICOS			
Considerando o piso na capital e Grande SP			
	Alíquota	Mínimo	Máximo
Empregado	De 7,5%	970,4	713,09
	a 14%		
Empregador	20%	250,50	1.220,21
*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas			

Sindicatos dos funcionários dos Correios acatam decisão do TST e encerram greve

SÃO PAULO Os sindicatos que representam os trabalhadores dos Correios decidiram acatar a decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e encerraram a greve que começou no dia 18 de agosto. A informação foi confirmada pela Fentec (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares) à colunista do UOL Carla Araújo.

OTST (Tribunal Superior do Trabalho) havia julgado na segunda (21) que os funcionários dos Correios deveriam voltar

a trabalhar a partir desta terça (22), mas a federação dos trabalhadores negou acordo.

Após a decisão do TST, a direção da Fentec publicou informe aos sindicatos da categoria pedindo que os trabalhadores dos Correios continuassem em greve.

Segundo a colunista, o secretário da federação, Emerson Marinho, disse que agora o foco será tentar impedir a privatização da empresa.

Com a decisão dos sindicatos desta terça, a paralisação chegou ao fim às 22h. Se os

2,6% de reajuste terão os funcionários dos Correios

funcionários desrespeitarem o fim da greve, teriam de pagar multa diária de R\$ 100 mil.

O julgamento da SFC (Seção Especializada em Dissídios Coletivos) considerou que não houve abusividade na greve. No entanto, os empregados terão que compensar metade dos dias paralisados. A outra metade será descontada de seus salários.

Além disso, o Tribunal aprovou um reajuste de 2,6% para os trabalhadores e a manutenção de 29 cláusulas do acordo coletivo da categoria.

Veículo: Estadão	
Data: .23.09.2020	Caderno: Economia



Um momento propício ao planejamento patrimonial

Felipe Grando e Guilherme Bier Barcelos*

22 de setembro de 2020 | 13h00

Se, em tempos de normalidade, o planejamento sucessório é um movimento essencial para a organização das famílias e das empresas, esse tema ganha maior relevo em tempos de pandemia da COVID-19. Primeiro, pelos adversos efeitos da crise econômica, em que muitas sociedades enfrentam dificuldades de variada escala. E como se isso não fosse o bastante, os governos, diante de enormes déficits, buscam alternativas para ampliar sua arrecadação — e a tendência é de majoração na tributação do patrimônio.

[LEIA TAMBÉM](#)



Busca por testamentos aumenta 134% na pandemia, diz levantamento de cartórios

Tanto no Congresso Nacional quanto na Assembleia Legislativa gaúcha, tramitam projetos de reforma tributária. Existem ainda

proposições que visam a regulamentar o imposto sobre grandes fortunas bem como taxar os VGBLs. Em relação às sucessões patrimoniais, cabe destacar a proposta do Rio Grande do Sul para ampliar as alíquotas do Imposto de Transmissão Causa Mortis e ou Doações (ITCD). Na doação, os índices passariam de até 4% para até 5%. Em caso de morte, a alíquota poderá ter o teto de 8% em vez dos 6% praticados hoje.

Assim, é mais necessário que os agentes econômicos, as famílias e os empresários iniciem com antecedência a organização de seu planejamento sucessório. A antecipação desse movimento traz benefícios significativos a todas as partes envolvidas, seja pela redução de custos tributários, seja pela qualificação da governança sobre os bens e sociedades.

Cabe ressaltar que não existem receitas ou modelos de planejamento sucessório previamente concebidos: trata-se de trabalho multidisciplinar, que envolve as áreas societária e tributária e, por vezes, outros ramos do direito. É um processo artesanal, sob medida para o caso em discussão: que bens aquela empresa ou família possui? Quem fará a gestão do negócio? Como se dará a sucessão? Questões e interesses que podem ser melhor alinhados em vida, com menores riscos do que no post mortem.

Outro aspecto diz respeito à tributação: no caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, o ITCD aplicável às doações é menor que o devido em caso de morte, como se observa nas alíquotas de ITCD anteriormente mencionadas. Existem ainda mecanismos jurídicos que permitem a redução de custos patrimoniais. É o caso de quem tem renda via aluguel de imóveis: se a locação é exercida pela pessoa física, a

incidência de Imposto de Renda pode chegar a 27,5% do valor da locação. Já sob o regime societário, o dispêndio pode ser reduzido à metade desse percentual.

O Direito não é matemático. Mas, neste caso, as soluções jurídicas trazem benefícios inequívocos. A morte é um evento inevitável e faz parte da jornada da vida. Antecipar-se ao inescapável possibilitará que a sucessão de sua organização ou bens se dê de forma organizada, permitindo inclusive eventuais ajustes por alterações patrimoniais e de legislação. O momento é propício para dar esse passo, trazendo segurança ao legado familiar.

***Felipe Grando, mestre em Direito Público, com ênfase em Direito Tributário, e sócio do escritório Rossi, Maffini, Milman e Grando Advogados, onde é o responsável pela área tributária**

***Guilherme Bier Barcelos, mestre em Direito pela UFRGS e doutorando em Direito pela USP, e sócio do escritório Rossi, Maffini, Milman e Grando Advogados, onde é o responsável pela área societária**

Tributar bebidas como refrigerantes em 20% elevaria arrecadação em R\$ 4,7 bi

Proposta também ampliaria PIB em R\$ 2,4 bi e geraria 70 mil empregos, diz estudo

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

23/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Impacto da tributação

Simulação com alíquotas de Cide sobre bebidas adoçadas

Efeito	20%	35%	50%
■ Variação da quantidade consumida (%)	-19,77	-34,6	-49,42
■ Variação do valor consumido (%)	-21	-36,8	-52,5
■ Receita tributária adicional (R\$ bilhões/ano)*	4,71	6,6	7,08
■ Variação de emprego no Brasil	69.634	114.567	153.251
■ Variação de PIB (R\$ bilhões/ano)*	2,43	3,38	3,58

Fonte: IBGE, com elaboração da Fipe *em valores de 2018

Uma tributação de 20% sobre bebidas não alcoólicas adoçadas, categoria que inclui refrigerantes, sucos de caixinha, isotônicos e bebidas à base de leite e chocolate, entre outros, geraria R\$ 4,7 bilhões de arrecadação tributária adicional por ano e um acréscimo de R\$ 2,4 bilhões ao PIB, em valores de 2018. A ideia converge com o “sugar tax” já mencionado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de tributar produtos com alto teor de açúcar. A medida ainda resultaria na criação de 69,6 mil empregos, especialmente no Nordeste.

Essas são as conclusões de estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido da ACT Promoção da Saúde. O economista Cláudio Lucinda, coordenador do estudo, diz que uma das ideias foi verificar o efeito preço-elasticidade com uma nova tributação sobre as bebidas. A tributação, explica, geraria uma substituição de produtos na cesta de consumo.

Uma simulação com tributação de 20% sobre bebidas adoçadas, por exemplo, aponta o estudo, resultaria em redução de R\$ 1,61 bilhão em consumo anual de refrigerante e de R\$ 1,85 bilhão em bebidas à base de leite adoçadas. Também geraria maior consumo de bebidas não adoçadas. Haveria, entre outros, elevação de R\$ 2,28 bilhões em consumo anual de café e chá e de R\$ 2,08 bilhões anuais no leite.

O efeito de substituição não se restringiria, porém, a outras bebidas não adoçadas ou aos demais alimentos. “Também haverá comunicação de mudança de preços relativos com o resto de padrão de consumo das pessoas.” Esse efeito de preço-elasticidade na cesta de consumo deve contribuir para a geração de mais emprego e também para o PIB, já que, aponta o professor, atividades mais intensivas em mão de obra deverão ser demandadas. Outro efeito no emprego e no PIB se daria, explica Lucinda, como resultado da receita adicional de arrecadação que a nova tributação geraria, dando origem a consumo do governo ou destinação de recursos.

O modelo aplicado para as simulações, diz o economista, baseou-se em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017/2018 divulgado pelo IBGE e em um modelo de Matriz Insumo-Produto envolvendo 67 setores da economia brasileira.

O estudo também mede os efeitos com a aplicação de nova tributação de 35% e 50% sobre as bebidas adoçadas. Para uma nova alíquota de 35%, a arrecadação adicional aumentaria para R\$ 6,6 bilhões ao ano, seriam gerados 114,6 mil postos de trabalho e o PIB cresceria em R\$ 3,3 bilhões anuais, sempre em valores de 2018.

A receita projetada do tributo cresce com a alíquota, mas exercícios realizados separadamente, diz o economista, apontaram que a alíquota ótima em termos de arrecadação seria de 47,6%. Essa carga seria a que geraria a maior receita, já líquida dos efeitos de redução de base de arrecadação provocada pelo aumento de

alíquotas. O estudo considerou que a nova cobrança se faça por meio de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), tributo que atua como instrumento de regulação em áreas específicas e que permite a vinculação de sua arrecadação a programas e ações específicos.

A forma pela qual a receita com a arrecadação da nova tributação seria direcionada afetaria os resultados, ressalta o coordenador do estudo. Caso a receita tributária fosse direcionada pelo governo exclusivamente para a saúde pública, o efeito sobre o PIB seria da ordem de 7% maior do que no caso base, aponta a pesquisa. Embora não seja o centro do debate atual de reforma tributária, um imposto seletivo sobre bens e serviços com externalidades negativas está previsto na PEC 45.

Paula Johns, diretora geral da ACT, diz que a ideia é aproveitar o momento para iniciar um debate que coloque produtos com alto teor de açúcar entre aqueles com externalidade negativa. “Isso ainda não é uma obviedade, como é para cigarros e bebidas alcoólicas.” Os produtos com alto teor de açúcar trazem, diz, custos com saúde maiores do que sua arrecadação. Por isso, para além da reforma, defende, o estudo pode contribuir para mostrar que uma nova tributação pode servir como meio de regular “distorções de mercado”.

Lucinda vai apresentar o estudo hoje no evento “Tributo saudável”, com realização da Editora Globo e transmissão do Valor, que também terá participação da assessora especial do Ministério da Economia Vanessa Canado e de Paula Johns, da ACT.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

Governo busca saída para financiar o Renda Brasil

Planalto e equipe econômica discutem opções para o programa

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

23/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Em reunião, Bittar (foto) e líderes governistas colocaram na mesa do presidente opções de financiamento do Renda Brasil — Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

O governo ainda tenta encontrar uma saída para o Renda Brasil, programa social que pode substituir o Bolsa Família. Palácio do Planalto e equipe econômica levantaram uma série de opções para o financiamento do benefício, mas não

conseguiram chegar a um consenso sobre o “melhor caminho”. Por causa do impasse, novas reuniões devem acontecer hoje e durante o restante da semana.

“Não [chegamos a uma decisão], mas foi bom porque combinamos de conversar até semana que vem para fechar uma proposta. Vamos nos reunir amanhã de novo e depois [quinta-feira]”, disse o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO). O assunto foi discutido, ontem, num encontro que envolveu o presidente Jair Bolsonaro, alguns ministros, líderes do governo e o relator do Orçamento de 2021, Marcio Bittar (MDB-AC), que também responde pelo parecer da proposta de emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo.

Gomes disse, entretanto, que houve um pacto para que os integrantes do governo trabalhem juntos, em direção a um mesmo caminho. “Teve uma articulação para não haver lateralidade. [Será] todo mundo junto. Vamos puxar uma solução e caminhar juntos”, afirmou. A declaração do líder do governo faz referências às divergências entre Palácio do Planalto, equipe econômica e integrantes da base aliada. Nas últimas semanas, Bolsonaro se irritou com propostas do Ministério da Economia que apontavam para o congelamento, por dois anos, do valor das aposentadorias, como forma de garantir recursos para o programa.

O **Valor** apurou que o cenário ainda é “turvo” em relação ao texto final. Na reunião desta terça-feira, Bittar e os líderes governistas voltaram a colocar na mesa do presidente da República as diversas opções de financiamento para o programa, mas o Executivo ainda não bateu o martelo sobre a opção preferencial. O que falta é justamente a fonte de verbas do Renda Brasil. A PEC deve trazer também as diretrizes do novo programa social.

Segundo uma fonte envolvida nas negociações, o relatório de Bittar para a PEC está praticamente pronto. Todos os dispositivos que tratam dos gatilhos do teto de gastos - acionamento de medidas de corte de despesas e readequação orçamentária da União - já foram redigidos pelo senador. Um interlocutor confirmou, inclusive, que o relatório final deve trazer, sim, a desvinculação das despesas públicas, incluindo os gastos nas áreas de saúde e educação. A proposta contraria o entendimento da cúpula do MDB, crítico à proposta e não deve endossar essa sugestão do parecer.

A desindexação permanente do salário mínimo, por outro lado, deve ficar de fora da PEC. O dispositivo foi vetado pelo próprio presidente Jair Bolsonaro porque impactaria diretamente benefícios previdenciários. Bittar chegou a estudar até mesmo uma desindexação acima do salário mínimo, como chegaram a sugerir alguns setores do MDB, mas a ideia foi abandonada devido à resistência do Executivo ao tema. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), por sua vez, tem evitado entrar no “vespeiro” do programa. Questionado sobre o assunto, ele foi evasivo. “Vamos conversar ainda.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

As estradas pediram inovação. E o caminhão mais inovador do Brasil já pode ser seu.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

App que aumenta vendas é liberado gratuitamente em Salvador

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Gestores acreditam em Ibovespa acima de 110 mil pontos em 2020, aponta BofA

Ministro defende reduzir tributo em telecomunicação

Ministro das Comunicações, Fábio Faria, refere-se a impostos sobre antenas usadas no serviço de banda larga via satélite e os dispositivos para internet das coisas

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

23/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, defendeu ontem a redução e a simplificação da carga tributária para o setor de telecomunicações. Em mensagem gravada exibida durante seminário transmitido via internet, Faria destacou a importância da diminuição de taxas e tributos incidentes sobre as antenas usadas no serviço de banda larga via satélite e os dispositivos utilizados para viabilizar a internet das coisas.

“O Ministério das Comunicações apoia a redução e a simplificação da carga tributária setorial. De um modo geral e especialmente para dispositivos de internet das coisas e antenas de recepção de banda larga via satélite”, disse Faria durante o evento “Painel Telebrasil 2020”, promovido pela Associação Brasileira de Telecomunicações. “Isso induz a recuperação da economia e permite expandir o acesso a tecnologias digitais para localidades mais carentes, remotas ou de difícil acesso. Essa proposta é consenso dentro do governo e as medidas deverão ser adotadas ainda este ano.”

De acordo com o ministro, a cada R\$ 100 gastos em serviços de telecomunicações no Brasil, aproximadamente R\$ 55 são destinados ao pagamento de impostos, taxas e outros tributos.



Ads by Teads

O ministro ressaltou que sua equipe acompanhará “de perto” a tramitação da Reforma Tributária no Congresso Nacional por conta do impacto que possíveis mudanças teriam para o setor de telecomunicações.

Em sua mensagem, ele reiterou que o leilão de frequências para prestação de serviços 5G, previsto para o início de 2021, deve ter como meta a expansão da infraestrutura de telecomunicações no país.

“As orientações de política pública emitidas pelo Ministério das Comunicações são para que o leilão 5G, que deve ser realizado no próximo ano, priorize a expansão da infraestrutura de “telecom””, ressaltou.

A defesa de um leilão de frequências para o 5G que não tenha “viés arrecadatório” foi uma constante no discurso de outros participantes, como o diretor-presidente da Oi, Rodrigo Abreu, e o presidente-executivo da Ericsson para a América Latina, Eduardo Ricotta. “Se você tem um retorno fixo, cada real a mais que você paga pela licença é um real a menos que você investe”, argumentou o executivo da Oi.

Em sua fala inicial no evento, Abreu afirmou que os investimentos das companhias de telecomunicações no serviço de telefonia fixa baseado em cabos de cobre deverão consumir R\$ 10 bilhões nos próximos quatro anos.

O diretor-presidente da Oi classificou esses investimentos como “não produtivos” e acrescentou que, em muitos casos, a prestação do serviço de telefonia fixa é inviável economicamente. A proposta defendida pela companhia se baseia no modelo de ‘carrier of last resort’, ou seja, ter obrigações de oferecer o serviço de telefonia fixa somente em localidades onde não existem outras alternativas.

“Existe uma inviabilidade econômica do serviço em muitos casos. O valor da tarifa para alcançar o ‘break-even’ [equilíbrio] da telefonia fixa seria no nosso caso um valor superior a R\$ 100, maior do que um pacote básico de fibra hoje. E os valores de investimento que são previstos para os próximos quatro anos, que são perdas próximas de R\$ 10 bilhões [...], poderiam ser suficientes para fazer investimentos produtivos de altíssima importância para o país, como expansão de fibra e aumento da cobertura 4G e 5G, até mesmo oferta a clientes de soluções alternativas, e isto tudo está sendo direcionado hoje para investimento não produtivo em cobre”, disse.

A Oi e a Advocacia-Geral da União (AGU) estão em vias de assinar um acordo para renegociar as dívidas administrativas da empresa com a administração pública. As tratativas ocorrem no âmbito da lei que derivou da MP do Contribuinte Legal.

A portaria, revelada em julho pelo **Valor**, prevê que grandes companhias em recuperação judicial - como é o caso da Oi - possam obter desconto de até 50% e parcelamento em até 84 meses. A dívida da operadora com a União é de cerca de R\$ 13 bilhões, referentes às multas aplicadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) desde 2010.

Pelos termos da portaria, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) poderá exigir da empresa uma série de condições para celebrar o acordo, como a fixação de garantias reais e a alienação de bens. **(Colaborou Luísa Martins, de Brasília)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

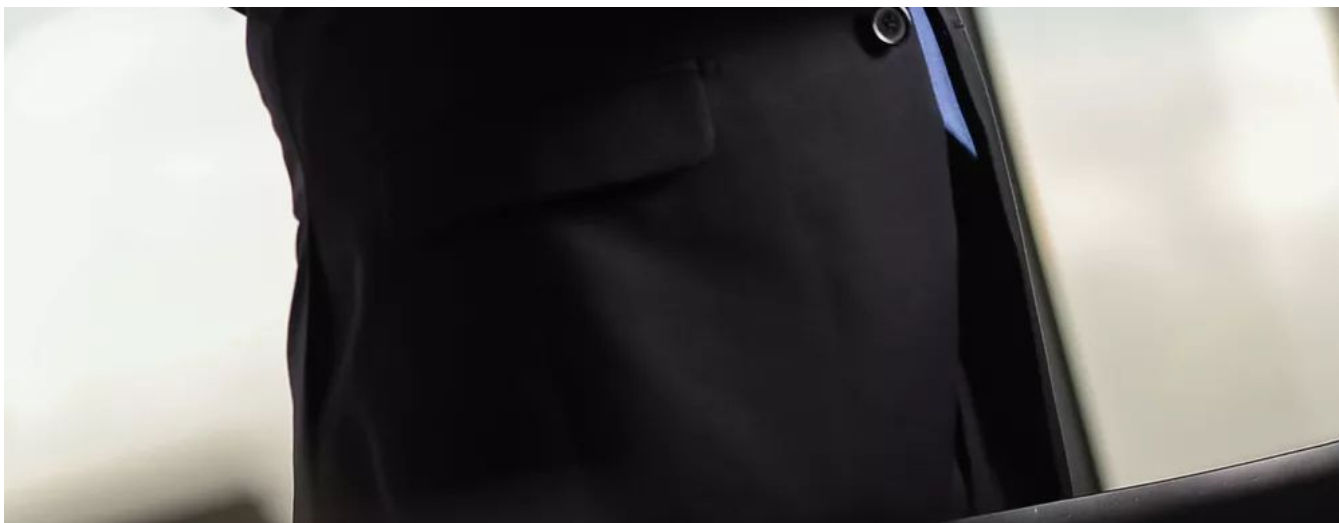
Nova lei mudará cobrança de ISS

Norma a ser sancionada traz explicações sobre alterações ocorridas em 2016

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

23/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Fabrício Parzanese: novo sistema vai impor um custo alto para as empresas — Foto: Divulgação

Planos de saúde, administradoras de fundos e administradoras de cartões de crédito e débito estão em uma semana decisiva para saber a quem devem pagar ISS. Hoje termina o prazo para a sanção do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 170, deste ano, que traz explicações que ficaram pendentes com a edição de uma outra norma semelhante, a nº 157, de 2016, que alterou a forma de cobrança do imposto municipal - transferindo-a para onde está o cliente.

Dispositivos da nova norma relativos ao local de incidência do ISS nem entraram em vigor por conta da dificuldade de aplicação. Foram suspensos pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é relator de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5835) apresentada pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) e Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg).

A expectativa é que o PLC 170 seja sancionado hoje. Advogados estimam que, se convertido em lei, o projeto pode acelerar a implementação de uma forma de recolhimento do ISS que muda os valores recebidos pelos municípios e é mais complicada para as empresas. Se não for sancionada ou vetada, a proposta deve ser promulgada pelo Congresso.

A Lei Complementar nº 157, de 2016, determinou a mudança na cobrança do ISS para determinados setores - além de planos de saúde e administradoras de cartões e fundos, os segmentos de leasing e consórcios. Saiu do município onde está

sediado o prestador para o local de domicílio do tomador, o que evitaria a manobra de criação de sede fictícia em cidade com benefício fiscal.

O novo modelo de cobrança deixou, porém, uma dúvida: quem seria o “tomador de serviços”. Sem esse esclarecimento, segundo o ministro Alexandre de Moraes, poderia-se ampliar os conflitos de competência entre municípios. É o que traz o PLC 170. No caso dos fundos de investimento, por exemplo, determina que o tomador é o cotista - e não o administrador.

O projeto também traz regras de transição para a partilha de ISS entre os municípios, que vigoraria até 2022. São Paulo estima perdas de R\$ 458,6 milhões em 2023, quando finalizado esse período. A previsão de arrecadação em 2021 é de R\$ 17 bilhões.

A prefeitura da capital paulista recomendou alguns vetos por entender que o projeto de lei apresenta riscos que podem comprometer a arrecadação nacional do ISS de setores que, apenas em 2020, devem gerar aos municípios brasileiros R\$ 4,1 bilhões em receitas.

Em nota, diz que “ao invés de esclarecer, o projeto de lei apenas gerará mais insegurança aos municípios e aos prestadores de serviço, pois os critérios adotados estão em desacordo com o próprio conceito de prestação de serviço previsto na Constituição”.

“É um assunto bem a cara do Brasil, enrolado e meio sem solução”, afirma a advogada Adriana Stamato, sócia da área tributária do escritório Trench, Rossi, Watanabe. Ela lembra que, antes da Lei Complementar nº 157, já discutia-se onde deveria ser pago o ISS, por conta de empresas com sede em municípios com benefício fiscal.

Com a conversão em lei, haverá dúvida sobre a aplicação imediata da norma que alterou o ISS. Para Adriana, não haverá validade imediata por causa da liminar do STF. O que deve acontecer, acrescenta, é o projeto de lei ser levado como argumento ao ministro Alexandre de Moraes. “Nossa expectativa é que o julgamento da ADI seja retomado. Ela não perdeu o objeto”, diz.

Há, no entanto, preocupação se os municípios vão esperar a decisão do STF ou mudar a cobrança, o que pode gerar novas ações judiciais, segundo a advogada. “A nova lei entraria em vigor em janeiro de 2021. É muito pouco tempo para as empresas se organizarem”, afirma.

Para Tiago Brasileiro, sócio do Martinelli Advogados, com a sanção da lei complementar e as dúvidas resolvidas, os municípios poderiam mudar suas leis e alterar a forma de cobrança já no ano que vem. “Para impedir a validade e vigência da nova lei precisaria de uma nova ação judicial”, diz o advogado.

O presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Vitor Puppi, acredita que a última palavra será do Supremo. “Não posso automaticamente passar a cobrar a partir da sanção.” Ele lembra que, por causa das dúvidas, algumas empresas pararam de pagar o ISS e passaram a depositar em juízo.

“Sempre fomos céticos [sobre a mudança do local de pagamento] porque sabíamos a complexidade por trás. Não por menos o ministro Alexandre de Moraes concedeu a liminar”, afirma ele, acrescentando que não é possível exigir das empresas um sistema do dia para a noite. “O PLC 170 veio tornar possível essa cobrança.”

Fabrizio Parzanese, sócio do Velloza Advogados, entende, porém, que o PLC 170 não esclarece os principais pontos sobre o pagamento de ISS, como as empresas esperavam. Ainda poderão, segundo ele, existir problemas de interpretação entre os municípios. “Existem pessoas com mais de um domicílio, o que poderá ser um problema”, diz. “O risco de pagar ISS duas vezes segue.”

O advogado estima que o novo sistema vai impor um custo alto para as empresas, que estão preocupadas com a parte operacional. O projeto não deixou claro, acrescenta, se será possível o pagamento unificado. “A dúvida é quanto isso vai custar por mês e se não serão mais autuadas”, afirma. “Você obriga um plano de saúde, por exemplo, a gerar mais de cinco mil guias mensais.” **(Colaborou Fabio Murakawa).**

Novo programa social exige racionalizar políticas existentes

Especialistas dizem que desafio envolve escolhas difíceis, mas são parte do processo natural de revisão

Por Anaïs Fernandes — De São Paulo

23/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Reformular benefícios sociais existentes para criar um programa de transferência de renda mais robusto e eficaz é um desafio, seja para políticos, seja aos olhos da população, mas esse é também um processo natural de revisão das políticas públicas, com escolhas que precisam ser compreendidas e enfrentadas pelo governo, o Parlamento e a sociedade, dizem especialistas. Parte deles também acha, porém, que o debate precisa avançar, para buscar financiamento entre as camadas que podem contribuir mais, para não se limitar a análises de curto prazo ou para viabilizar uma “inclusão produtiva” de fato dos mais pobres.

Com a fusão do Bolsa Família ao abono salarial, o salário-família e o seguro-defeso, seria possível criar um benefício de renda mínima (BRM) para 13,2 milhões de famílias, com valor médio mensal de R\$ 230, estimam pesquisadores no Programa de Responsabilidade Social, elaborado a convite do Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP).

A ideia é “atribuir” às famílias um valor de R\$ 125 por pessoa, do qual seriam deduzidos 80% da renda per capita com trabalho e todo o valor não originário de trabalho (benefícios, aposentadorias, aluguel etc). Se, após os descontos, o resultado for positivo, a família está elegível, e o valor do BRM será esse montante restante, por pessoa.



Além disso, para minimizar a volatilidade de renda, escancarada na pandemia, famílias com ganho per capita de até R\$ 780 - o que engloba quase toda a metade mais pobre do país -, receberiam depósito mensal equivalente a um percentual do rendimento do trabalho, formal ou informal, até um teto. Para famílias no BRM, essa porcentagem seria de 15%. A poupança poderia ser sacada em situações específicas, como a morte de provedores, desastres naturais e período de defeso na pesca, ou quando houvesse queda drástica no rendimento declarado - neste caso, limitado a dois saques por ano.

“Quando a família é muito pobre, ela recebe a renda mínima. Se a renda vai subindo, o benefício vai caindo, mas ela também vai tendo direito a um depósito maior do seguro-família”, diz Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e um dos autores do projeto, ao explicar a concepção de “porta giratória” de programas sociais.

Diferentemente de outros programas em discussão ou do que se fala a respeito do Renda Brasil do governo, a proposta do grupo não coloca na Constituição o benefício, o que poderia criar a noção de direito adquirido e tirar flexibilidade e capacidade de focalização, nem parte do diagnóstico de que políticas de formalização do trabalhador têm sido bem-sucedidas, explica Mendes.

Outro pilar do programa é a neutralidade fiscal. O BRM teria custo anual de R\$ 57,1 bilhões (R\$ 6 bilhões para a transição). Nada impede que parlamentares destinem mais recursos, mas essa é uma questão de prioridades, dizem os autores. “Estão sendo tomadas várias decisões que aumentaram a despesa pública e que poderiam não ter sido feitas se a escolha fosse ter disponibilidade para um programa de renda mínima mais abrangente”, afirma Mendes, citando maior volume de emendas parlamentares obrigatórias e de orçamento às Forças Armadas.

A fusão dos benefícios seria desenhada independentemente da questão fiscal, pondera Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia

(Ibre/FGV) e outro autor da proposta. “Esses programas estão realmente perdendo efetividade. Isso é natural, os benefícios evoluem, não podemos perder de vista que as políticas públicas têm de ser avaliadas.”. Segundo Vinícius Botelho, também do Ibre e autor do projeto, o que se propõe é uma atualização de benefícios de natureza trabalhista. “O Brasil tem hoje uma das melhores redes de proteção social do mundo em termos de capacidade de chegar à população mais pobre. Se a gente fosse desenhar hoje uma política de proteção aos trabalhadores de baixa renda, não íamos criar o abono.”

O presidente Jair Bolsonaro tem se mostrado muito resistente a mexer nos benefícios atuais, afirmando que não vai “tirar de pobres para dar a paupérrimos”. “O presidente tem um ponto legítimo. Poderíamos buscar outras fontes, mas é uma questão de priorização”, diz Pedro Fernando Nery, consultor econômico do Congresso. Ele defende, a partir de elaboração do Ipea, a unificação de programas para criar um benefício infantil universal. “Sabendo que ele vai chegar a crianças pobres e que o tempo perdido nessa fase não volta, podemos pensar: ‘Não é o ideal, mas vou direcionar os recursos para quem precisa mais.’”

Diversos pesquisadores lembram ainda que o próprio Bolsa Família foi criado a partir da junção de outros programas e dizem que foi exatamente a substituição de projetos descoordenados por um focalizado que conferiu seu reconhecido sucesso.

Idealizador do Bolsa Família, Ricardo Paes de Barros, do Insper, é ainda mais enfático na necessidade de uma profunda redistribuição de recursos. “Qualquer rearranjo da política social brasileira significa maior focalização, significa tirar da classe média, e às vezes da classe média baixa, para dar para quem realmente precisa. Hoje, com o Bolsa Família, transferimos pouco para muitos, precisamos transferir mais para poucos.”

Paes de Barros defende a unificação de uma série de programas, como Bolsa Família, abono salarial, salário-família e até o seguro-desemprego, que, juntos, somam R\$ 100 bilhões em transferências aos trabalhadores, segundo ele. “É uma quantidade de dinheiro considerável”, diz. “Qualquer política pública que não é permanentemente aprimorada fica ruim.”

Concentrar toda a atenção na transferência de renda, porém, “é um erro estratégico”, afirma o professor. Para ele, isso é “apenas um primeiro passo”. “A gente tem um risco grave de focar a atenção demais na garantia de renda sem oferecer para as pessoas oportunidades de efetivamente aumentarem sua produtividade”, diz ele, citando a importância de programa de intermediação de mão de obra e crédito produtivo orientado. “Se gastar demais com a transferência, não vamos ter recursos para a inclusão produtiva, o passo seguinte.”

Para Naercio Menezes Filho, também do Insper, o debate “tem ficado muito só onde cortar”, sem olhar para quem poderia contribuir mais. Na sua proposta - um benefício adicional ao Bolsa Família por criança de zero a 12 anos -, parte dos recursos viria do fim de descontos no Imposto de Renda, de nova alíquota de 35% aos mais ricos e da tributação de todas as rendas, incluindo lucros e dividendos, pelas respectivas faixas.

Além disso, Naercio diz que o país precisa começar a calcular o “valor marginal” dos recursos públicos “Alguns programas têm retornos a longo prazo e se pagam. Temos um problema fiscal que não pode ser ignorado, mas, às vezes, a gente não pensa no longo prazo, fica só vendo quanto tem de dinheiro agora. Acho equivocado.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

STF lança incerteza sobre abertura do refino e dívida da Petrobras

Corte suspende julgamento sobre principal trunfo do plano de venda de ativos da estatal

Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

23/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



A suspensão do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a venda das refinarias da Petrobras, no momento em que o placar da Corte contabiliza três votos contrários à estatal, coloca a abertura do refino em uma nuvem de incertezas. A derrota parcial não impede a companhia de avançar com as negociações em curso para venda das refinarias Landulpho Alves (BA), para o Mubadala, e Presidente Vargas (PR) - disputada pela Ultrapar e Raízen. A indefinição, porém, levanta dúvidas sobre a capacidade da empresa de reduzir dívidas e pagar mais dividendos - bem como alimenta temores quanto ao futuro da quebra do monopólio da petroleira no setor.

“A abertura do refino traz a oportunidade para que o Brasil tenha um mercado mais aberto, mais competitivo e diverso, o que é saudável e bem-vindo. Uma interrupção em processo como esse insere insegurança numa área intensiva em capital e mina a agenda de atração de investimentos privados. Cria também um dilema para quem está vendendo e que tem um compromisso com o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]”, afirma a presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Clarissa Lins.

Existem três desfechos possíveis que trazem, em maior ou menor grau, riscos para a Petrobras. Dentro do cenário mais otimista para a estatal, a derrota parcial é revertida e o STF conclui a votação dando aval para que a empresa prossiga com as vendas ainda este ano - a retomada do julgamento está prevista para ocorrer em 2020. Nesse caso, pode haver algum atraso nas negociações, mas não ao ponto de comprometer a meta da empresa de concluir a alienação de oito de suas unidades até o fim de 2021.

Num segundo cenário, o Supremo condiciona o avanço dos negócios ao aval do Congresso, mas a aprovação dos parlamentares atrasa, a exemplo da discussão sobre a capitalização da Eletrobras. Nesse caso, existe o risco de que a matéria sequer seja pautada durante o governo Jair Bolsonaro, conforme as eleições de 2022 se aproximem. No terceiro cenário, mais pessimista, o Congresso veta a alienação das refinarias.

Qualquer revés no STF pode retardar a redução da alavancagem da empresa, que conta com o dinheiro das refinarias para reduzir a dívida bruta de US\$ 91 bilhões para US\$ 60 bilhões em 2022 e, assim, acionar a nova política de dividendos - que, na prática, aumentará o pagamento aos acionistas para além do mínimo legal. Antes do choque de preços do petróleo deste ano, a expectativa da Petrobras era levantar cerca de US\$ 15 bilhões com a alienação das refinarias. Com a redução da capacidade de geração de caixa operacional, a importância da venda de ativos se acentuou ainda mais.

Para o advogado Felipe Feres, sócio do escritório Mattos Filho, o debate no STF é uma indicação “extremamente negativa” para um mercado que enfrenta os efeitos da crise do petróleo e do cenário de transição energética. “A rediscussão sobre o programa de desinvestimentos não ajuda, ao criar mais inseguranças”, diz.

Ele explica que a Petrobras não está impedida de fechar contratos para a venda de suas refinarias, mas destaca que, se houver algum revés no STF, o negócio pode ser defeito - seja por meio de eventuais cláusulas contratuais que condicionem o fechamento da operação ao aval do Congresso, seja por força de uma eventual liminar no Supremo. “Em tese seria possível dar uma liminar desfazendo o negócio porque estamos falando de transações que eventualmente estariam ocorrendo durante o julgamento do STF”, disse.

A possibilidade de um revés na abertura do refino mexe com os ânimos da indústria de óleo e gás como um todo. “A competição no refino vai criar necessidade de uma maior movimentação de produtos e isso gera investimentos em instalações, portos e afeta a movimentação por cabotagem, por exemplo. Uma série de agentes está se preparando hoje para esse novo mercado e esses setores vão arrefecer [se houver atraso nas vendas]”, afirma o sócio-diretor da Leggio Consultoria, Marcus D’Elia.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, a perpetuação do monopólio abre espaço para que práticas anticoncorrenciais se mantenham. “Quando vemos a presença de um agente dominante que [historicamente] interfere no preço, isso gera uma insegurança”, disse.

Um fracasso na abertura do refino pode impactar também as distribuidoras, como BR, Ipiranga e Raízen, que esperam conseguir, com a diversificação de fornecedores, melhores condições comerciais nos contratos.

Já para o consumidor, os efeitos da abertura ainda não são um consenso. A Petrobras acredita que a entrada de novos refinadores, naturalmente, tende a trazer mais competição na oferta ao mercado. Um estudo da PUC-Rio, por sua vez, indica para uma alta possibilidade de formação de monopólios privados regionais nas áreas de influência da maioria das refinarias, sem garantia de redução de custos ao consumidor. “Não acredito que a transferência patrimonial para a iniciativa privada terá grandes impactos para o refino”, concorda o coordenador do Instituto de Estudos Estratégico de Petróleo (Inep), ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), Rodrigo Leão.

O Congresso alertou o STF sobre uma suposta manobra da Petrobras, que estaria desmembrando a sua matriz em “subsidiárias-ponte” (criadas para venda de ativos) - por decisão do STF em 2019, as privatizações das holdings só podem ocorrer após aval do Legislativo, mas o mesmo não vale para a venda do controle das subsidiárias. Para a sócia da Rennó Penteado Sampaio Advogados, Carolina Finada, nada impede que a Petrobras venda seus ativos separadamente, sem criar subsidiárias e sem necessidade do Congresso.

Saiba Mais

[Fux paralisa sessão sobre venda de refinarias](#)

[Posição da Arábia Saudita gera incertezas ao petróleo](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO